Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1) CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTRATÉGIAS

O crescimento global, conforme a previsão do Fundo Monetário Internacional, é de 3,5% em 2017 e 3,8% em 2018.

No Brasil, as incertezas políticas sobre as aprovações das reformas, em especial a da Previdência, permanecem como principal risco ao cenário de retomada do crescimento, mas a percepção de melhora da atividade econômica permitiu que as expectativas de crescimento do PIB fossem elevadas para 1,0% em 2017 e 2,7% em 2018, segundo o Relatório Focus do Banco Central, de 02/01/18. A inflação registrou alta de 2,95% em 2017.

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se principalmente os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R$1.000.000, dos quais R$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em Janeiro de 2018, no valor total de US$400 milhões, dos quais cerca de US$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

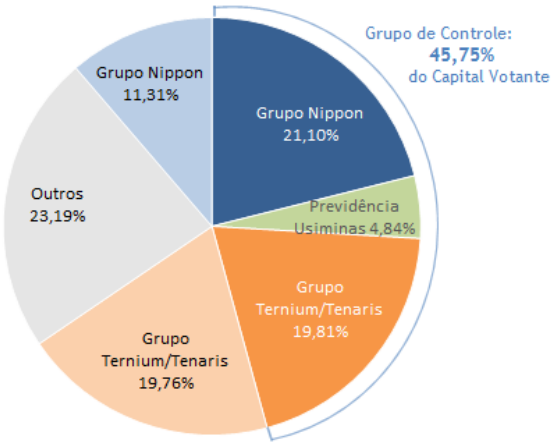
A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas - avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia - ao dar suporte às decisões da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

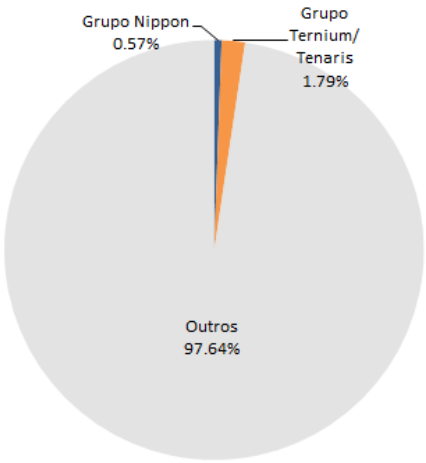
A Usiminas possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar seu relacionamento com os públicos interno e externo, padronizando a relação direta das empresas da Companhia com os stakeholders. O Código é uma referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 45,75% do capital votante.

Capital Total	
1.253.079.108	
Capital Votante	
ON 56,28%	705.260.684
Preferenciais	
PN 43,72%	547.818.424





Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e até seis vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade, Subsidiárias e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com onze membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2017	2016
Honorários	11.067	12.007
Encargos sociais	2.256	2.214
Planos de aposentadoria	45	256
Provisão (reversão) de remuneração	3.687	(19.725)
Total	**17.055**	**(5.248)**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R$13.156 (31 de dezembro de 2016 - R$14.959). Em 2016, foi revertido ao resultado o montante de R$19.725 referente ao excesso de provisão para honorários e encargos sociais, que totalizaram R$15.552 e R$4.173, respectivamente.

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2017, assim como das informações trimestrais de 30/09/2017, 30/06/2017 e 31/03/2017.

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados de empresas de auditoria externa no exercício social de 2017 foram os seguintes:

Descrição	R$ mil (incluindo impostos)	% (**)
Auditoria externa (*)	1.909	-
Assessoria tributária	136	7,1%
Revisão de benefícios de remuneração	200	10,5%
Total	**2.245**	

(*) Refere-se ao serviço de auditoria contábil e fiscal.
(**) Percentual em relação aos honorários de auditoria externa.

Estes serviços foram contratados para períodos de até um ano.

Os auditores externos declararam que a prestação dos serviços descritos acima foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da independência dos auditores externos em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria prestados às Empresas Usiminas.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R$ milhões - Consolidado	2017	2016	Var. 2017/2016
Volume de Vendas Aço (mil t)	4.026	3.652	10%
Volume de Vendas Minério (mil t)	3.676	3.207	15%
Receita Líquida	10.734	8.454	27%
CPV	(9.099)	(7.967)	14%
Lucro (Prejuízo) Bruto	1.635	487	236%
Lucro (Prejuízo) Líquido	315	(577)	-
EBITDA (Instrução CVM 527)	2.056	995	107%
Margem de EBITDA (Instrução CVM 527)	19%	12%	+ 7 p.p.
EBITDA Ajustado	2.186	660	231%
Margem de EBITDA Ajustado	20%	8%	+ 13 p.p.
Investimentos (CAPEX)	216	225	-4%
Caixa	2.314	2.257	3%

Receita líquida

No ano de 2017, a receita líquida foi de R$10,7 bilhões, contra R$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano.

Distribuição da Receita Líquida

	2017	2016
Mercado Interno	**86%**	**88%**
Mercado Externo	**14%**	**12%**
Total	**100%**	**100%**

Custos dos produtos vendidos (CPV)

Em 2017, o CPV foi de R$9,1 bilhões, contra R$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2%. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R$251,0 milhões, contra R$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R$404,4 milhões, contra R$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R$250,8 milhões negativos em 2017 contra R$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

- *Impairment* de ativos no valor de R$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de *impairment* de R$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de *impairment* de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R$1,2 milhão em 2017, contra R$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R$73,1 milhões, que foram de R$138,1 milhões em 2017 contra R$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017.
- Resultado de venda de energia elétrica de R$14,0 milhões positivo em 2017, contra R$132,8 milhões negativo em 2016.
- Créditos fiscais de R$237,5 milhões em 2017, contra R$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R$403,8 milhões, dos quais R$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R$485,1 milhões em 2016, dos quais R$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R$25,4 milhões em 2017, contra R$0,8 milhão em 2016.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido do exercício, revertendo o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, e a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, desconsiderando o *impairment* de ativos. O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 70% da Unigal e outras controladas em conjunto.

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R$ mil)	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	315.080	(576.843)
Imposto de renda / Contribuição social	105.870	325.095
Resultado financeiro	462.920	30.156
Depreciação e amortização	1.171.851	1.216.491
EBITDA - Instrução CVM - 527	**2.055.721**	**994.899**
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas em Conjunto	(154.896)	(142.861)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	212.194	151.343
Impairment de Ativos não financeiros líquido de realização	72.764	(343.006)
EBITDA Ajustado	**2.185.783**	**660.375**

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R$2,2 bilhões, contra R$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R$462,9 milhões negativos, contra R$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R$0,1 milhão contra despesas de R$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R$154,9 milhões em 2017, contra R$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Lucro (prejuízo) líquido

No ano de 2017, a Companhia apresentou lucro líquido de R$315,1 milhões, contra um prejuízo líquido de R$576,8 milhões em 2016, uma significativa melhora de R$891,9 milhões.

Capital de giro

Em 2017, o capital de giro foi de R$2,8 bilhões, contra R$2,5 bilhões em 2016, um aumento de R$311,0 milhões, principalmente em função do aumento em Contas a Receber, em Demais Ativos e em Estoques, compensados parcialmente pelo aumento dos Demais Passivos e do saldo de Fornecedores. Destacam-se:

- Aumento do saldo de Contas a Receber em R$376,0 milhões em função do maior volume de vendas no período na Unidade de Siderurgia em R$260,0 milhões e da Unidade de Mineração em R$123,0 milhões.
- Aumento nos estoques de produtos acabados em R$159,0 milhões em função principalmente do aumento nos custos de produção.
- Elevação de R$154,0 milhões em Demais Passivos, relacionados principalmente ao aumento do saldo das operações de forfaiting em R$118,0 milhões do saldo de adiantamentos de clientes em R$46,0 milhões.

Investimentos (CAPEX)

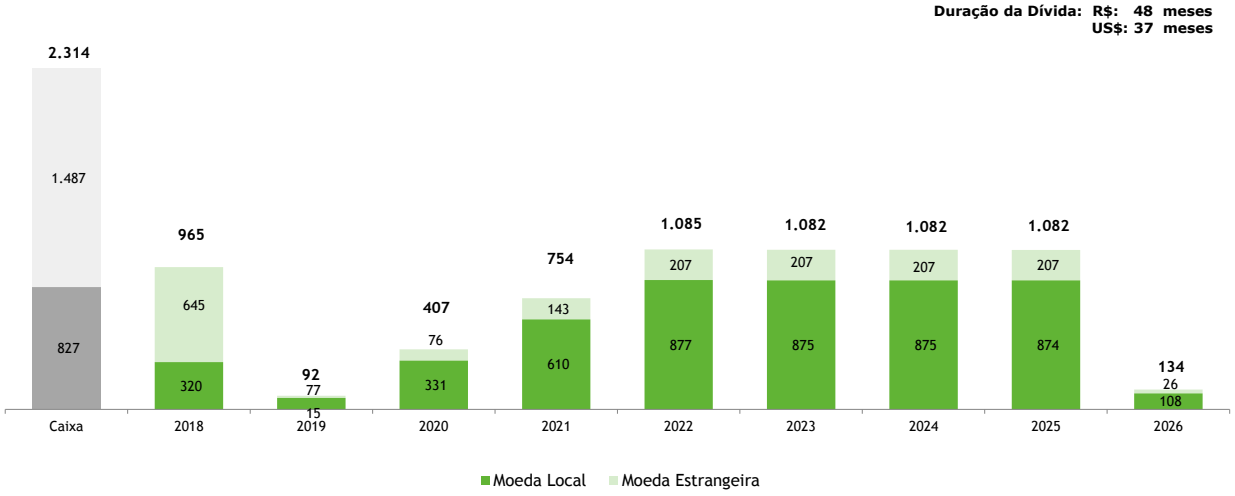
Em 2017, o CAPEX totalizou R$216,2 milhões, contra R$225,2 milhões em 2016, uma redução de 4,0%. Os principais investimentos realizados foram com sustaining CAPEX. Do total dos investimentos em 2017, foram aplicados 81% na Unidade de Siderurgia, 10% na Mineração, 5% na Transformação do Aço e 4% em Bens de Capital, aproximadamente.

Endividamento financeiro

A dívida bruta consolidada foi de R$6,7 bilhões em 31/12/2017, uma redução de R$285,6 milhões quando comparada a 31/12/2016, principalmente em função de amortização de dívida e da desvalorização de 1,5% do Real frente ao Dólar no ano, o que impactou diretamente a parcela da dívida denominada em Dólar o qual representava 26% da dívida total.

Em 31/12/2017, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 15% no curto prazo e 85% no longo prazo.

O gráfico abaixo demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/2017:



4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na BM&FBOVESPA

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou 2017 cotada a R$10,83 (2016 em R$8,26) e a ação preferencial (USIM5) a R$9,10 (2016 em R$4,10).

Bolsas estrangeiras

OTC - Nova York
A Usiminas tem American Depositary Receipts (ADRs) negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/17, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US$2,77 (2016 em US$1,25) e apresentou uma valorização de 122% no ano.

Latibex - Madri
A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX – Seção da Bolsa de Madrid: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/17, a ação XUSI encerrou cotada a €2,27 (2016 em €1,20). Já a ação XUSIO encerrou cotada a €2,61 (2016 em €2,50).

Relações com investidores

Durante o ano, foram promovidas diversas reuniões com investidores e analistas de mercado, dentre elas, apresentação pública Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e conferências no Brasil e no exterior.

A Usiminas esteve presente em diversas conferências internacionais e nacionais, atuando diretamente perante os investidores nacionais e estrangeiros. Para atender aos analistas e aos investidores, a Companhia promoveu ainda visitas à suas principais unidades industriais (Ipatinga, Cubatão e Mineração Usiminas).

6) DESEMPENHO SOCIAL

Gestão de pessoas

Em 2017, a Usiminas investiu em treinamentos para o desenvolvimento de profissionais em empresas do grupo. Os públicos participantes também foram amplos: do Programa de Aprendiz e de Estágio, para os jovens que estão ingressando agora no mercado, à Trilha de Desenvolvimento da Liderança, voltada para gestores da Usiminas e o Liderar, focado no público de Supervisores. No ano de 2017, foram mais de 825 mil horas em treinamentos, equivalente a 69 horas de treinamento por empregado. Isso representa mais que o triplo da média nacional.

Adicionalmente, no ano de 2017 a Companhia conquistou a marca de zero acidentes fatais, depois de 23 anos, ao longo dos 365 dias não foi registrado nenhum acidente fatal nas operações da empresa. Também em relação a segurança, durante a 44ª edição da conferência anual da Worldsteel Association, entidade que agrega siderúrgicas de 67 principais países do setor, o programa Mãos Seguras foi premiado na categoria Segurança Ocupacional, do Safety and Health Excellence Recognition.

Comunidade e meio ambiente

Em 2017, a Fundação São Francisco Xavier, braço social da Usiminas nas áreas de saúde e educação, ampliou sua assistência assumindo a gestão do Hospital de Cubatão – Dr. Luiz Camargo da Fonseca e Silva, na Baixada Santista (SP). O hospital, que estava fechado desde junho de 2016, foi reaberto no dia 1º de dezembro e passa a oferecer à população maternidade, centro cirúrgico, UTI, entre outros serviços de média complexidade. Em 2018, a entidade também oferecerá os serviços de alta complexidade: medicina hiperbárica, hemodiálise e quimioterapia.

O Instituto Cultural Usiminas investiu R$6,4 milhões em um total de 47 projetos no ano de 2017, por meio das leis de incentivo à cultura, esporte e projetos sociais. Em Ipatinga (MG), atendeu a um público de mais de 150 mil pessoas nas atrações oferecidas pelo Centro Cultural Usiminas e Teatro Zélia Olguin.

A Ação Educativa do Instituto Cultural Usiminas atendeu mais de 28 mil pessoas em sua programação. Foram 422 agendamentos de escolas públicas e privadas, universidades, grupos portadores de necessidades especiais, creches, grupos de 3ª idade e outras instituições sociais para participarem das atividades oferecidas pelo Instituto em seu programa educativo.

Desde o lançamento, o programa Caminhos do Vale, que destina o agregado siderúrgico para a pavimentação de estradas rurais, recuperou mais de 900km de estradas, restaurou 935 nascentes e beneficiou cerca de 850 mil pessoas no colar metropolitano do Vale do Aço. No ano de 2017, durante a 44ª edição da conferência anual da Worldsteel Association, entidade que agrega siderúrgicas de 67 principais países do setor, o projeto Caminhos do Vale foi premiado na categoria Sustentabilidade, do Steelie Award, reafirmando o sucesso da iniciativa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Usiminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

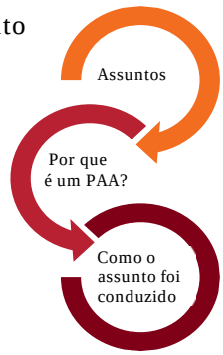
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor recuperável do imobilizado e intangível (Notas explicativas 3.13, 16 e 17) e realização de tributos diferidos (Notas explicativas 3.16 e 13)	
A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de imobilizado e intangíveis para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia e suas controladas também possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudo que contém as projeções de lucro tributável futuro. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e nem sempre objetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados, lucros tributáveis e fluxos de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.	Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria: Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas. Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, adicionalmente, e com o apoio de nossos especialistas, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, para a avaliação da recuperabilidade desses ativos, são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Cumprimento de cláusulas contratuais de empréstimos (Notas explicativas 5.3, 5.4 e 20)	
Em 12 de setembro de 2016 a Usiminas concluiu a reestruturação de sua dívida financeira junto aos seus credores. Como resultado da renegociação, entre outros aspectos, foi concedido um maior prazo para pagamento das dívidas e carência para o início do pagamento do principal, bem como alterados nos critérios de medição dos *covenants* financeiros. Adicionalmente foram pactuadas certas condições visando o recebimento pela Usiminas de R$ 700 milhões dos recursos mantidos no caixa de sua controlada Mineração Usiminas S.A. até o dia 30 de junho de 2017 e a realização de uma oferta de permuta de no mínimo 50% dos Eurobonds em circulação no mercado, originalmente emitidos em 2008 até o prazo máximo de 30 de junho de 2017. Caso não cumpridas, essas condições também requereriam o vencimento antecipado da dívida ("*covenants* não financeiros"). Por fim, também foi estabelecido o mecanismo de *cash sweep*, obrigando a Companhia a distribuir aos credores o excedente de caixa superior aos limites estabelecidos contratualmente, a serem verificados nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Devido a complexidade dessas condições adicionais ("*covenants* não financeiros"), as quais, em certa medida, dependiam também de fatores externos fora controle da Companhia, bem como da relevância dos potenciais impactos de descumprimentos sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, focamos nossos trabalhos no acompanhamento contínuo do cumprimento dessas obrigações.	Nossos procedimentos de auditoria compreenderam a leitura de documentos e contratos relativos às renegociações. A partir disso, verificamos a ata de assembleia geral extraordinária que aprovou a redução de capital da Mineração Usiminas S.A. com a transferência dos recursos mantidos no seu caixa para a Companhia e a transferência bancária dos recursos. Em relação à oferta de permuta, nossos procedimentos compreenderam a verificação da documentação de dispensa pelos credores da obrigatoriedade de realização da referida oferta de permuta e a inspeção dos comprovantes dos pagamentos aos mesmos do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, de forma pro-rata, a título de amortização parcial das dívidas da Companhia com cada um destes credores. Em relação ao mecanismo de *cash sweep*, verificamos os saldos de caixa existentes em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017 vis-à-vis o que requer o mecanismo estabelecido, quanto à necessidade de distribuição do excedente pela Companhia. Por fim, efetuamos leitura e consideramos adequadas as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, , que estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para demandas judiciais (Notas explicativas 3.14 e 24)	
A Usiminas e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. O reconhecimento da provisão e a classificação da probabilidade de êxito nos processos envolvem a avaliação do mérito das causas e aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente, que demandam julgamento relevante pela administração da Companhia, reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e avaliação dos processos, bem a quantificação dos riscos para fins de constituição da provisão para demandas judiciais ou sua divulgação em nota explicativa quando as estimativas indicarem perspectiva de perda provável ou possível, respectivamente. Efetuamos ainda procedimentos de confirmação dos processos com os advogados que patrocinam os processos judiciais e administrativos para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Adicionalmente, contamos com o apoio de nossos especialistas em tributos para a análise de razoabilidade dos prognósticos de perda das causas mais significativas, sobretudo as de natureza tributária. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos consultores jurídicos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Benefícios pós-emprego (Notas explicativas 3.17 e 26)	
A Usiminas e suas controladas são patrocinadoras em planos de suplementação de aposentadoria administrados pela Previdência Usiminas. A Companhia também possui obrigação com benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria, relativa aos colaboradores da controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa que se aposentaram até 30 de abril de 2002 e que ainda mantêm o direito ao benefício. Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, testes detalhados sobre as informações individuais de participantes ativos e assistidos dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde, cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. Com o apoio de nossos especialistas em cálculos atuariais, verificamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor presente das obrigações atuariais e discutimos as premissas-chave empregadas no cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e taxa de desconto. Também procedemos à revisão da conciliação preparada pela administração do laudo atuarial com os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Efetuamos, ainda, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar os cálculos atuariais. Em relação aos ativos dos planos de suplementação de aposentadoria, efetuamos testes detalhados que compreenderam a obtenção de confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e o teste da estimativa de seu valor justo. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na apuração das obrigações de benefício pós-emprego, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 16 de fevereiro de 2017, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase com relação a certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que deveriam ser cumpridas até 30 de junho de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes

Índice

	Balanços patrimoniais	1
	Demonstrações do resultado	3
	Demonstrações do resultado abrangente	4
	Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
	Demonstrações dos fluxos de caixa	7
	Demonstrações do valor adicionado	9
	Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11
1	Contexto operacional	11
2	Aprovação das demonstrações financeiras	12
3	Resumo das principais políticas contábeis	13
3.1	Base de preparação e declaração de conformidade	13
3.2	Base de consolidação e investimentos em controladas	14
3.3	Apresentação de informações por segmentos	15
3.4	Conversão de moeda estrangeira	15
3.5	Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	16
3.6	Ativos financeiros	16
3.7	Passivos financeiros	18
3.8	Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*	19
3.9	Estoques	19
3.10	Depósitos judiciais	19
3.11	Imobilizado	19
3.12	Ativos intangíveis	20
3.13	Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros	21
3.14	Provisões para demandas judiciais	21
3.15	Provisão para recuperação ambiental	21
3.16	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21
3.17	Benefícios a empregados	22
3.18	Reconhecimento de receita	23
3.19	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	24
3.20	Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017	25
4	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	27
4.1	Julgamentos	27
4.2	Estimativas e premissas	27
5	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	29
5.1	Fatores de risco financeiro	29
5.2	Política de utilização dos instrumentos financeiros	29
5.3	Política de gestão de riscos financeiros	30
5.4	Gestão de capital	36
5.5	Estimativa do valor justo	37
6	Instrumentos financeiros de derivativos	40
7	Instrumentos financeiros por categoria	42
8	Caixa e equivalentes de caixa	43
9	Títulos e valores mobiliários	44
10	Contas a receber de clientes	45
11	Estoques	47
12	Impostos a recuperar	48
13	Imposto de renda e contribuição social	49
14	Depósitos judiciais	54
15	Investimentos	55

16	Imobilizado	60
17	Valor recuperável de ativos (*Impairment*) não financeiros	64
18	Ativos intangíveis	68
19	Fornecedores, empreiteiros e fretes	71
20	Empréstimos e financiamentos	71
20.1	Condicionantes e cláusulas da renegociação da dívida	72
20.2	Composição dos empréstimos e financiamentos	73
20.3	Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante	75
20.4	Movimentação dos empréstimos e financiamentos	75
20.5	Outras informações relevantes sobre os empréstimos e financiamentos	76
21	Debêntures	77
22	Tributos a recolher	78
23	Tributos parcelados	78
24	Provisão para demandas judiciais	80
25	Provisão para recuperação ambiental	87
26	Obrigações de benefícios de aposentadoria	88
26.1	Planos de suplementação de aposentadoria	89
26.2	Dívidas contratadas – requisitos de fundamentais mínimos	90
26.3	Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria	91
26.4	Ajustes de experiências	94
26.5	Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade	94
26.6	Planos de benefícios de assistência médica aos aposentados	95
26.7	Ativos dos planos de aposentadoria	96
27	Patrimônio líquido	97
28	Informações por segmento de negócios	100
29	Receita	103
30	Despesas por natureza	104
31	Despesas e benefícios a empregados	105
32	Receitas (despesas) operacionais	105
33	Resultado financeiro	107
34	Lucro (prejuízo) por ação	108
35	Compromissos	109
36	Transações com partes relacionadas	110
37	Cobertura de seguros	115
38	Plano de outorga de opção de compra de ações	115
39	Garantias	118
40	Transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa	119
41	Evento subsequente	119

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.122	362.293	1.770.573	719.870
Títulos e valores mobiliários	9	775.677	176.422	543.715	1.537.584
Contas a receber de clientes	10	1.127.029	890.216	1.555.494	1.179.212
Estoques	11	2.296.407	2.204.776	2.763.496	2.604.306
Impostos a recuperar	12	121.176	66.087	176.851	125.191
Imposto de renda e contribuição social antecipados		106.227	65.770	185.614	113.409
Dividendos a receber	36	175.009	55.327	139.078	2.463
Instrumentos financeiros derivativos	6	12	-	12	44.669
Demais valores a receber		130.663	112.040	119.922	93.774
Total do ativo circulante		4.735.322	3.932.931	7.254.755	6.420.478
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	84.452	-	131.458	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.954.760	2.021.565	3.046.112	3.120.368
Valores a receber de empresas ligadas	36	53.943	59.780	3.147	3.842
Depósitos judiciais	14	516.871	529.015	675.600	660.229
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.184	-	1.184	100.670
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	-	-	68.172
Impostos a recuperar	12	30.922	32.055	54.881	96.070
Demais valores a receber		142.996	115.342	203.480	215.932
		2.785.128	2.757.757	4.115.862	4.265.283
Investimentos	15	4.388.803	5.939.932	1.054.052	1.126.176
Imobilizado	16	11.192.811	11.883.058	12.882.618	13.748.890
Intangível	18	186.666	186.855	677.190	693.918
Total do ativo não circulante		18.553.408	20.767.602	18.729.722	19.834.267
Total do ativo		23.288.730	24.700.533	25.984.477	26.254.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	875.399	860.835	976.917	846.377
Empréstimos e financiamentos	20	334.468	59.818	927.946	62.157
Debêntures	21	62.031	5.551	62.031	5.551
Adiantamentos de clientes		19.781	7.287	81.394	35.806
Títulos a pagar - *Forfaiting*		475.251	356.970	475.251	356.970
Salários e encargos sociais		146.822	153.160	188.735	197.076
Tributos a recolher	22	72.593	41.281	95.089	58.447
Tributos parcelados	23	7.626	7.205	20.494	8.529
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	1.434	7.538
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	27	55.479	139	75.644	22.001
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	48.577	-	48.577
Demais contas a pagar		83.591	62.510	141.485	103.215
Total do passivo circulante		2.133.041	1.603.333	3.046.420	1.752.244
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	4.741.430	6.480.469	4.758.468	5.864.416
Debêntures	21	887.334	992.184	887.334	992.184
Valores a pagar a empresas ligadas	36	79.935	76.118	143.170	153.269
Tributos parcelados	23	-	-	-	9.050
Provisão para demandas judiciais	24	481.924	422.405	668.964	607.863
Provisão para recuperação ambiental	25	-	-	158.333	143.042
Benefícios pós-emprego	26	1.050.324	1.338.419	1.050.324	1.342.727
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	102.413	-	102.413
Demais contas a pagar		139.947	149.452	87.500	95.903
Total do passivo não circulante		7.380.894	9.561.460	7.754.093	9.310.867
Total do passivo		9.513.935	11.164.793	10.800.513	11.063.111
Patrimônio líquido	27				
Capital social		13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		311.747	309.445	311.747	309.445
Reservas de lucros		202.207	-	202.207	-
Ajustes de avaliação patrimonial		60.546	26.000	60.546	26.000
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		13.774.795	13.535.740	13.774.795	13.535.740
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.409.169	1.655.894
Total do patrimônio líquido		13.774.795	13.535.740	15.183.964	15.191.634
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.288.730	24.700.533	25.984.477	26.254.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações continuadas					
Receita	29	9.977.529	7.515.554	10.734.118	8.454.200
Custo das vendas	30	(8.676.104)	(7.200.317)	(9.099.024)	(7.966.878)
Lucro (prejuízo) bruto		1.301.425	315.237	1.635.094	487.322
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	32	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	260.214	(8.151)	154.896	142.861
		(487.470)	(868.202)	(751.224)	(708.914)
Lucro (prejuízo) operacional		813.955	(552.965)	883.870	(221.592)
Resultado financeiro	33	(540.308)	51.832	(462.920)	(30.156)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		273.647	(501.133)	420.950	(251.748)
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		-	-	(59.038)	(17.951)
Diferido		(40.632)	(168.819)	(46.832)	(307.144)
		(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		233.015	(669.952)	233.015	(669.952)
Acionistas não controladores		-	-	82.065	93.109
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R$ 0,18	R$ (0,60)	R$ 0,18	R$ (0,60)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	R$ 0,20	R$ (0,60)	R$ 0,20	R$ (0,60)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.122	362.293	1.770.573	719.870
Títulos e valores mobiliários	9	775.677	176.422	543.715	1.537.584
Contas a receber de clientes	10	1.127.029	890.216	1.555.494	1.179.212
Estoques	11	2.296.407	2.204.776	2.763.496	2.604.306
Impostos a recuperar	12	121.176	66.087	176.851	125.191
Imposto de renda e contribuição social antecipados		106.227	65.770	185.614	113.409
Dividendos a receber	36	175.009	55.327	139.078	2.463
Instrumentos financeiros derivativos	6	12	-	12	44.669
Demais valores a receber		130.663	112.040	119.922	93.774
Total do ativo circulante		4.735.322	3.932.931	7.254.755	6.420.478
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	84.452	-	131.458	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.954.760	2.021.565	3.046.112	3.120.368
Valores a receber de empresas ligadas	36	53.943	59.780	3.147	3.842
Depósitos judiciais	14	516.871	529.015	675.600	660.229
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.184	-	1.184	100.670
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	-	-	68.172
Impostos a recuperar	12	30.922	32.055	54.881	96.070
Demais valores a receber		142.996	115.342	203.480	215.932
		2.785.128	2.757.757	4.115.862	4.265.283
Investimentos	15	4.388.803	5.939.932	1.054.052	1.126.176
Imobilizado	16	11.192.811	11.883.058	12.882.618	13.748.890
Intangível	18	186.666	186.855	677.190	693.918
Total do ativo não circulante		18.553.408	20.767.602	18.729.722	19.834.267
Total do ativo		23.288.730	24.700.533	25.984.477	26.254.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	875.399	860.835	976.917	846.377
Empréstimos e financiamentos	20	334.468	59.818	927.946	62.157
Debêntures	21	62.031	5.551	62.031	5.551
Adiantamentos de clientes		19.781	7.287	81.394	35.806
Títulos a pagar - *Forfaiting*		475.251	356.970	475.251	356.970
Salários e encargos sociais		146.822	153.160	188.735	197.076
Tributos a recolher	22	72.593	41.281	95.089	58.447
Tributos parcelados	23	7.626	7.205	20.494	8.529
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	1.434	7.538
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	27	55.479	139	75.644	22.001
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	48.577	-	48.577
Demais contas a pagar		83.591	62.510	141.485	103.215
Total do passivo circulante		2.133.041	1.603.333	3.046.420	1.752.244
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	4.741.430	6.480.469	4.758.468	5.864.416
Debêntures	21	887.334	992.184	887.334	992.184
Valores a pagar a empresas ligadas	36	79.935	76.118	143.170	153.269
Tributos parcelados	23	-	-	-	9.050
Provisão para demandas judiciais	24	481.924	422.405	668.964	607.863
Provisão para recuperação ambiental	25	-	-	158.333	143.042
Benefícios pós-emprego	26	1.050.324	1.338.419	1.050.324	1.342.727
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	102.413	-	102.413
Demais contas a pagar		139.947	149.452	87.500	95.903
Total do passivo não circulante		7.380.894	9.561.460	7.754.093	9.310.867
Total do passivo		9.513.935	11.164.793	10.800.513	11.063.111
Patrimônio líquido	27				
Capital social		13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		311.747	309.445	311.747	309.445
Reservas de lucros		202.207	-	202.207	-
Ajustes de avaliação patrimonial		60.546	26.000	60.546	26.000
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		13.774.795	13.535.740	13.774.795	13.535.740
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.409.169	1.655.894
Total do patrimônio líquido		13.774.795	13.535.740	15.183.964	15.191.634
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.288.730	24.700.533	25.984.477	26.254.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações continuadas					
Receita	29	9.977.529	7.515.554	10.734.118	8.454.200
Custo das vendas	30	(8.676.104)	(7.200.317)	(9.099.024)	(7.966.878)
Lucro (prejuízo) bruto		1.301.425	315.237	1.635.094	487.322
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	32	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	260.214	(8.151)	154.896	142.861
		(487.470)	(868.202)	(751.224)	(708.914)
Lucro (prejuízo) operacional		813.955	(552.965)	883.870	(221.592)
Resultado financeiro	33	(540.308)	51.832	(462.920)	(30.156)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		273.647	(501.133)	420.950	(251.748)
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		-	-	(59.038)	(17.951)
Diferido		(40.632)	(168.819)	(46.832)	(307.144)
		(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		233.015	(669.952)	233.015	(669.952)
Acionistas não controladores		-	-	82.065	93.109
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R$ 0,18	R$ (0,60)	R$ 0,18	R$ (0,60)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	R$ 0,20	R$ (0,60)	R$ 0,20	R$ (0,60)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de reais

	Nota	Controladora Exercícios findos em 31/12/2017	Controladora Exercícios findos em 31/12/2016	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2017	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	59.692	(267.831)	60.444	(268.065)
Total de outros componentes do resultado abrangente		59.692	(267.831)	60.444	(268.065)
Total do resultado abrangente do exercício		292.707	(937.783)	375.524	(844.908)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		292.707	(937.783)	292.707	(937.783)
Acionistas não controladores		-	-	82.817	92.875

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

		Atribuído aos acionistas controladores												
						Reservas de capital		Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva Legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016		13.200.295	105.295	3.339	(104.762)	278.729	26.844	-	-	26.000	-	13.535.740	1.655.894	15.191.634
Resultado abrangente do período														
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.015	233.015	82.065	315.080
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	-	59.692	-	59.692	752	60.444
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	59.692	233.015	292.707	82.817	375.524
Redução de capital em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	27													
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.341)	(55.341)	(23.807)	(79.148)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	11.651	190.556	-	(202.207)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	-	(5.757)	-	-	-	6.708	951	-	951
Alienação de ações em tesouraria		-	-	6.086	1.973	-	-	-	-	-	-	8.059	-	8.059
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	-	(11.764)	17.825	6.061	-	6.061
Alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.382)	-	(13.382)	(5.735)	(19.117)
Em 31 de dezembro de 2017		13.200.295	105.295	9.425	(102.789)	278.729	21.087	11.651	190.556	60.546	-	13.774.795	1.409.169	15.183.964

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota	Atribuído aos acionistas controladores											
						Reservas de capital		Reservas de lucros					
		Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2015		12.150.000	105.295	3.339	(104.762)	293.594	29.725	620.039	311.748	-	13.408.978	1.584.879	14.993.857
Resultado abrangente do período													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(669.952)	(669.952)	93.109	(576.843)
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	(275.375)	7.544	(267.831)	(234)	(268.065)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	(275.375)	(662.408)	(937.783)	92.875	(844.908)
Aumento de capital		1.050.295	-	-	-	-	-	-	-	-	1.050.295	-	1.050.295
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício													
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	(14.865)	-	(620.039)	-	634.904	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.860)	(21.860)
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	-	(2.881)	-	-	6.600	3.719	-	3.719
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(13.797)	20.904	7.107	-	7.107
Alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	-	3.424	-	3.424	-	3.424
Em 31 de dezembro de 2016		13.200.295	105.295	3.339	(104.762)	278.729	26.844	-	26.000	-	13.535.740	1.655.894	15.191.634

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota	Controladora Exercícios findos em 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		236.675	(223.086)	200.702	33.433
Despesas de juros		646.967	463.910	636.934	451.913
Depreciação, amortização e exaustão		966.188	1.011.828	1.171.851	1.216.491
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		1.255	25.056	1.183	25.331
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	17	73.010	7.277	74.892	(343.006)
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(260.214)	8.151	(154.896)	(142.861)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	40.632	168.819	46.832	307.144
Constituição (reversão) de provisões		174.324	30.867	236.683	66.120
Perdas (ganhos) atuariais	26	28.502	(1.821)	29.096	(1.480)
Plano de outorga de opção de ações	38	951	(2.881)	951	(2.881)
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(341.847)	143.061	(536.710)	199.287
Estoques		(198.645)	79.312	(268.659)	163.648
Impostos a recuperar		(51.921)	52.842	4.654	24.583
Valores a receber de empresas ligadas		5.837	(13.930)	695	570
Depósitos judiciais		2.929	(40.704)	(19.082)	(72.282)
Outros		(46.211)	(23.009)	(13.629)	82.118
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		14.564	91.014	130.540	25.806
Adiantamentos de clientes		12.494	(8.628)	45.588	(4.993)
Valores a pagar a empresas ligadas		3.817	(12.053)	(10.099)	(9.688)
Títulos a pagar - *Forfaiting*		118.281	(597.191)	118.281	(399.729)
Tributos a recolher		31.312	(25.222)	36.642	(27.100)
Outros		(107.777)	(145.703)	(150.656)	(198.974)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(25.262)	(16.569)
Juros pagos		(797.350)	(908.814)	(764.250)	(897.242)
Passivo atuarial pago		(230.257)	(213.108)	(230.332)	(213.108)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		556.531	(803.965)	877.029	(310.312)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	186.883	(175.980)	993.869	(313.399)
Compras de imobilizado	16	(169.627)	(163.250)	(208.471)	(207.035)
Valor recebido pela venda de imobilizado		8.149	5.363	8.647	5.532
Redução de capital em subsidiária		700.000	166.249	-	-
Compras de software	18	(6.196)	(14.077)	(7.699)	(15.724)
Dividendos recebidos		61.368	137.950	26.500	96.701
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		780.577	(43.745)	812.846	(433.925)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Cessões de crédito contratadas		-	-	-	43.832
Cessões de crédito liquidadas		-	-	-	(241.294)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.557.934)	(140.531)	(309.780)	(185.431)
Pagamento de tributos parcelados	23	-	(323)	(4.342)	(1.601)
Liquidação de operações de *swap*		(145.776)	(4.261)	(6.976)	12.240
Recebimento por aumento de capital social		-	1.050.295	-	1.050.295
Redução de capital em controlada - participação dos acionistas não controladores		-	-	(300.000)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	27	-	(1)	(25.505)	(3)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(1.703.710)	905.179	(646.603)	678.038
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		7.431	(14.203)	7.431	(14.203)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(359.171)	43.266	1.050.703	(80.402)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	362.293	319.027	719.870	800.272
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	3.122	362.293	1.770.573	719.870
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(359.171)	43.266	1.050.703	(80.402)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Nota	Controladora Exercícios findos em		Consolidado Exercícios findos em	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		12.360.999	9.446.553	14.000.424	11.101.311
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	30	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)
Outras receitas		364.228	130.897	385.579	157.971
		12.708.470	9.527.527	14.361.690	11.196.769
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(8.625.482)	(6.913.511)	(9.324.115)	(7.579.841)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(722.493)	(737.804)	(769.050)	(641.389)
		(9.347.975)	(7.651.315)	(10.093.165)	(8.221.230)
Valor adicionado bruto		3.360.495	1.876.212	4.268.525	2.975.539
Depreciação, amortização e exaustão	30	(966.188)	(1.011.828)	(1.171.851)	(1.216.491)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.394.307	864.384	3.096.674	1.759.048
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	260.214	(8.151)	154.896	142.861
Receitas financeiras	33	448.629	446.099	561.238	671.218
Variações cambiais, líquidas	33	(65.677)	726.054	(21.601)	639.098
Ganhos e perdas atuariais	26	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480
		614.664	1.165.823	665.437	1.454.657
Valor adicionado a distribuir		3.008.971	2.030.207	3.762.111	3.213.705

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	579.901	501.487	864.471	954.488
FGTS	72.364	69.485	88.643	92.097
Remuneração da Administração	17.055	17.597	22.779	23.262
Participação dos empregados nos lucros	14.514	-	22.484	10.605
Planos de aposentadoria	5.569	19.202	6.024	20.275
	689.403	607.771	1.004.401	1.100.727
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	415.700	596.961	579.835	926.114
Estaduais	687.530	312.875	787.682	334.652
Municipais	56.132	61.229	67.875	87.581
Incentivos fiscais	3.931	1.002	4.681	1.002
	1.163.293	972.067	1.440.073	1.349.349
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	929.670	960.482	1.002.428	1.038.349
Outras	(6.410)	159.839	129	302.123
	923.260	1.120.321	1.002.557	1.340.472
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	233.015	(669.952)	233.015	(669.952)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	82.065	93.109
	233.015	(669.952)	315.080	(576.843)
Valor adicionado distribuído	3.008.971	2.030.207	3.762.111	3.213.705

(i) Os encargos previdenciários estão classificados na rubrica “Tributos federais”.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (USIM3, USIM5, USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Conta atualmente com duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos, terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas cidades brasileiras.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed*, *sinter feed* e granulados.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como *trading company*, intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	São Paulo/SP	Investimento na MRS Logistica S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.
(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll – Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	0,28	0,50	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logístico.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) A participação indireta da Companhia na MRS Logística S.A., por meio da UPL, está divulgada na Nota 15 (b).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2018.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Controladora e Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso,essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As Controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados. Adicionalmente, os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e

- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC18 e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2017.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é também, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como títulos e valores mobiliários os investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

As Empresas Usiminas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge.*

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis das Empresas Usiminas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, valores a receber de empresas ligadas e Demais valores a receber.

As Empresas Usiminas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) de valores inadimplentes que se encontram na esfera jurídica e para os quais não há formalização de um novo acordo de recebimento, bem como para os casos em que não há expectativa de realização do ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrer. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável de ativos (*impairment*) financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.
Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e

- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado das vendas durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor justo de aquisição e deduzidos pela exaustão das minas.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das minas.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos, e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A. sobre futuros gastos trazidos a valor presente.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações decorrentes da legislação, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de um ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia na atividade de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28 a título de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(i) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

(ii) IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Nota 3.18 descreve os diferentes tipos de receita das Empresas Usiminas e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

No caso da venda de produtos (Nota 3.18(a)), as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

No caso da venda de serviços (Nota 3.18(b)), as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

No caso das encomendas em curso da controlada Usiminas Mecânica (Nota 3.18(c)), as receitas continuarão sendo reconhecidas segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), uma vez que os ativos fabricados pela Companhia são específicos para o cliente e não têm uso alternativo no mercado, bem como existe uma cláusula em todos os contratos com clientes que garante o direito ao pagamento pelo trabalho realizado até a data.

(iii) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Conforme descrito na Nota 35(c), a Companhia possui R$960.000 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, a Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 33).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17). Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, Suprimentos, Planejamento, entre outras, das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas realizam operações de derivativos visando sempre proteger seus ativos e passivos financeiros e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa, monitorando a exposição cambial, um possível descasamento entre moedas, preço de *commodities*, entre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito, composto de especialistas das áreas financeira e comercial, avaliam e acompanham o risco dos clientes. Esse objetivo é obtido por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A Tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é gerenciado pela Diretoria Corporativa Financeira, que o investe em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	875.399	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	775.145	522.780	3.030.861	3.357.987
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
Títulos a pagar - *Forfaiting*	475.251	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(12)	(248)	(515)	(420)
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	860.835	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	837.663	2.004.550	3.251.385	5.856.849
Debêntures	160.056	159.409	649.037	1.131.844
Títulos a pagar - *Forfaiting*	356.970	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(46.766)	(98.881)	(476)	46

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	781.840	528.325	3.041.749	3.358.018
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
Bond	609.881	-	-	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	475.251	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(12)	(248)	(515)	(420)
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	846.377	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	787.984	781.428	3.255.448	5.856.979
Debêntures	160.056	159.409	649.037	1.131.844
Bond	38.557	130.664	-	-
Obrigações com arrendamento financeiro	63	-	-	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	356.970	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(2.190)	(525)	(476)	46

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	939	8.362	1.478.473	103.130
Títulos e valores mobiliários	775.665	-	8.428	8.146
Contas a receber	182.137	86.504	297.966	87.334
Adiantamentos a fornecedores	4.042	11.505	5.404	12.684
	962.783	106.371	1.790.271	211.294
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(1.157.250)	(2.418.093)	(1.747.954)	(1.779.065)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(201.202)	(163.191)	(219.628)	(167.613)
Adiantamento de clientes	(12.385)	(3.430)	(13.699)	(4.607)
Demais contas a pagar	(18.163)	(16.790)	(18.159)	(16.786)
	(1.389.000)	(2.601.504)	(1.999.440)	(1.968.071)
Exposição patrimonial	(426.217)	(2.495.133)	(209.169)	(1.756.777)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)	-	(104.420)	-	-
Exposição cambial total	(426.217)	(2.599.553)	(209.169)	(1.756.777)

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Real	4.868.013	5.119.929	4.887.825	5.145.243
Dólar norte-americano	1.157.250	1.193.485	1.747.954	1.775.892
Iene	-	1.224.608	-	3.173
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.025.263	7.538.022	6.635.779	6.924.308

O impacto relacionado a variações nas taxas de câmbio (análise de sensibilidade) está demonstrado na Nota 5.3(c).

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017 para o cenário provável. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

				31/12/2017
Moeda	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	3,3080	3,4734	4,1350	4,9620
EUR	3,9693	4,1678	4,9616	5,9540
JPY	0,02940	0,0309	0,0368	0,0441

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2017		
Moeda	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(10.588)	(52.942)	(105.884)
EUR	121	604	1.209
JPY	9	45	91

Os instrumentos financeiros derivativos atrelados à exposição cambial foram incluídos na análise de sensibilidade de ativos e passivos em moeda estrangeira, baseado no objetivo destes instrumentos que é de reduzir o impacto da oscilação da moeda estrangeira. Estes instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados na Nota 6.

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	25.735	1	1.259.745	17	636.251	9	642.964	9
TJLP	359.896	6	377.351	5	359.896	5	379.880	6
Libor	1.032.430	17	1.065.773	14	1.032.430	16	1.065.773	15
CDI	3.549.410	58	3.735.303	50	3.549.410	54	3.735.406	54
Outras	108.427	2	102.115	1	108.427	2	102.550	1
	5.075.898	84	6.540.287	87	5.686.414	86	5.926.573	85
Debêntures								
CDI	949.365	16	997.735	13	949.365	14	997.735	15
	6.025.263	100	7.538.022	100	6.635.779	100	6.924.308	100

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA) e, para operações locais, essas são amparadas pelo Contrato Geral de Derivativos (CGD).

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2017. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			31/12/2017	
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,9%	7,2%	8,6%	10,3%
TJLP	7,0%	7,4%	8,8%	10,5%
LIBOR	2,1%	2,2%	2,6%	3,2%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2017		
Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(12.906)	(64.529)	(129.058)
TJLP	(1.260)	(6.298)	(12.596)
LIBOR	(1.088)	(5.438)	(10.876)

As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, são apresentadas na Nota 20 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, e são principalmente compostas por Libor e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxas de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraindo o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A estratégia das Empresas Usiminas objetiva manter o índice de alavancagem financeira em índices inferiores àqueles previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos (*covenants*).

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro (prejuízo) líquido do exercício o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, além de ganhos e perdas pelo valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Adicionalmente, está demonstrado a seguir o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	6.032.889	7.545.227	6.656.273	6.941.887
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(778.799)	(538.715)	(2.314.288)	(2.257.454)
Dívida líquida	5.254.090	7.006.512	4.341.985	4.684.433
Total do patrimônio líquido	13.774.795	13.535.740	15.183.964	15.191.634
Total do capital	19.028.885	20.542.252	19.525.949	19.876.067
Índice de alavancagem financeira	28%	34%	22%	24%

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		
- CDBs e aplicações em compromissadas	1.076	339.000
Títulos e valores mobiliários	12	176.422
Instrumentos financeiros derivativos	1.196	-
Total do ativo	2.284	515.422

	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	-	150.990
Total do passivo	-	150.990

(ii) Consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		
- CDBs e aplicações em compromissadas	276.255	592.286
Títulos e valores mobiliários	543.715	1.537.584
Instrumentos financeiros derivativos	1.196	145.339
Total do ativo	821.166	2.275.209

	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	-	150.990
Total do passivo	-	150.990

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos Níveis 1 e 3.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.157.250	1.157.250	1.193.485	1.193.485
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.918.648	3.918.648	4.122.194	4.122.194
Debêntures – moeda nacional	949.365	957.172	997.735	1.007.520
Bonds – moeda estrangeira	-	-	1.224.608	1.224.608
	6.025.263	6.033.070	7.538.022	7.547.807

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.157.250	1.157.250	1.193.920	1.193.920
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.938.460	3.938.460	4.147.508	4.147.508
Debêntures – moeda nacional	949.365	957.172	997.735	1.007.520
Bonds	590.704	612.479	585.145	578.530
	6.635.779	6.665.361	6.924.308	6.927.478

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das debêntures não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

As Empresas Usiminas participam em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar principalmente os riscos inerentes à variação de moedas estrangeiras e taxas de juros. Essas operações visam reduzir a exposição cambial e a volatilidade das taxas de juros dos seus empréstimos. As Empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

As operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser sumariadas como segue:

(a) Controladora

Faixas de vencimento mês/ano		INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
		31/12/2017		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	-	(275)	11
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	-	(149.581)	4.266
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R$ 59.000	R$ 59.000	R$ 59.000	R$ 59.000	1.196	(1.134)	2.133
							Resultado financeiro no período			6.410
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)	1.196	(150.990)	

(b) Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano		INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
		31/12/2017		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	-	(275)	11
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	-	(149.581)	4.266
Santander	01/08 a 01/18	Dólar + 7,25 a.a.	Yen + 4,1165 % a.a.	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	-	145.339	(6.539)
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R$ 59.000	R$ 59.000	R$ 59.000	R$ 59.000	1.196	(1.134)	2.133
							Resultado financeiro no período			(129)
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)	1.196	(5.651)	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Ativo circulante	12	-	12	44.669
Ativo não circulante	1.184	-	1.184	100.670
Passivo circulante	-	(48.577)	-	(48.577)
Passivo não circulante	-	(102.413)	-	(102.413)
	1.196	(150.990)	1.196	(5.651)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
No resultado financeiro	6.410	(159.839)	(129)	(302.123)
	6.410	(159.839)	(129)	(302.123)

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2017				31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos							
Bancos	2.046	-	-	2.046	23.293	-	23.293
Aplicações financeiras	-	1.076	-	1.076	-	339.000	339.000
Títulos e valores mobiliários	-	12	775.665	775.677	-	176.422	176.422
Contas a receber de clientes	1.127.029	-	-	1.127.029	890.216	-	890.216
Instrumentos financeiros - *swap*	-	1.196	-	1.196	-	-	-
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	431.547	-	-	431.547	241.694	-	241.694
	1.560.622	2.284	775.665	2.338.571	1.155.203	515.422	1.670.625

	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.025.263	-	7.538.022	7.538.022
Instrumentos financeiros – *swap*	-	150.990	-	150.990
Fornecedores, empreiteiros e fretes	875.399	-	860.835	860.835
Títulos a pagar - *Forfaiting*	475.251	-	356.970	356.970
	7.375.913	150.990	8.755.827	8.906.817

(b) Consolidado

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Bancos	107.699	-	107.699	127.584	-	127.584
Aplicações financeiras	1.386.619	276.255	1.662.874	-	592.286	592.286
Títulos e valores mobiliários	-	543.715	543.715	-	1.537.584	1.537.584
Contas a receber de clientes	1.555.494	-	1.555.494	1.179.212	-	1.179.212
Instrumentos financeiros - *swap*	-	1.196	1.196	-	145.339	145.339
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	461.681	-	461.681	269.626	-	269.626
	3.511.493	821.166	4.332.659	1.576.422	2.275.209	3.851.631

	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.635.779	-	6.924.204	6.924.204
Obrigações de arrendamento financeiro	-	-	104	104
Instrumentos financeiros – *swap*	-	150.990	-	150.990
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	-	846.377	846.377
Títulos a pagar - *Forfaiting*	475.251	-	356.970	356.970
Demais instrumentos financeiros passivos	-	-	12	12
	8.087.947	150.990	8.127.667	8.278.657

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	1.107	14.931	15.845	24.454
Bancos conta movimento exterior	939	8.362	91.854	103.130
Certificados de depósitos bancários (CDBs) e aplicações em compromissadas	1.076	339.000	276.255	592.286
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	-	-	1.386.619	-
	3.122	362.293	1.770.573	719.870

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 100,07% (31 de dezembro de 2016 – 99,98%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 100,41% (31 de dezembro de 2016 – 100,94%) do CDI no Consolidado.

O montante de R$1.386.619, apresentado no Consolidado, refere-se a aplicação da controlada no exterior Usiminas Commercial em *Time Deposit,* relativo ao valor pago antecipadamente pela Usiminas, em 15 de dezembro de 2017, referente aos títulos *Eurobonds* emitidos em 2008 por esta controlada e que estavam emprestados à Companhia. A controlada no exterior Usiminas Commercial efetuou o pagamento integral dos referidos títulos *Eurobonds* aos seus respectivos credores, em 18 de janeiro de 2018, conforme apresentado na Nota 41, Evento subsequente. Desse total pago, R$775.665 foram revertidos ao caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários (CDB's)	-	176.297	534.768	1.529.284
Aplicações financeiras no exterior	-	-	8.428	8.146
Eurobonds	775.665	-	-	-
Outras aplicações	12	125	519	154
	775.677	176.422	543.715	1.537.584

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem rendimentos cuja variação média é de 100,07% (31 de dezembro de 2016 – 99,98%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 100,41% (31 de dezembro de 2016 – 101,43%) do CDI no Consolidado.

O montante de R$775.665 na Controladora refere-se à parcela de cerca de US$220 milhões dos *Eurobonds* originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial no montante total de US$400 milhões. Conforme descrito na Nota 20 - Empréstimos e financiamentos, esta parcela foi apresentada pelo montante líquido do contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no passivo circulante das informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em razão da liquidação do referido contrato de mútuo em 12 de dezembro de 2017, a Companhia está apresentando esta parcela detida dos *Eurobonds* como títulos e valores mobiliários nestas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Estes títulos e valores mobiliários foram convertidos em caixa pela Companhia em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 41 - Evento subsequente.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired.*

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes:				
No país	954.817	681.778	1.485.132	1.149.077
No exterior	181.277	115.286	299.862	116.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.027.550	698.038	1.639.468	1.137.624
Contas a receber de partes relacionadas				
No país	180.402	173.054	46.711	23.347
No exterior	3.529	19.124	773	18.241
Contas a receber de partes relacionadas	183.931	192.178	47.484	41.588
	1.211.481	890.216	1.686.952	1.179.212
Ativo circulante	1.127.029	890.216	1.555.494	1.179.212
Ativo não circulante	84.452	-	131.458	-

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R$2.669 (R$2.630 – 31 de dezembro de 2016) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valores a vencer	1.042.201	799.291	1.481.810	1.077.432
Vencidos:				
Até 30 dias	103.377	68.779	85.026	66.470
Entre 31 e 60 dias	1.460	5.528	1.428	9.265
Entre 61 e 90 dias	4	1.750	1.361	3.105
Entre 91 e 180 dias	1.896	2.623	3.904	8.443
Acima de 181 dias	171.087	111.271	258.949	142.949
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)
	1.211.481	890.216	1.686.952	1.179.212

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes nos montantes de R$169.280 na Controladora e R$205.142 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2016 – R$90.925 e R$101.780, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Real	1.029.344	803.712	1.388.986	1.091.878
Dólar	175.804	77.609	291.633	78.439
Euro	6.333	8.895	6.333	8.895
	1.211.481	890.216	1.686.952	1.179.212

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(99.026)	(65.573)	(128.452)	(91.687)
(Adições) Reversões ao resultado	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)
Baixas Contra Cliente	7.278	15.749	7.278	25.027
Variação cambial	(39)	721	(39)	721
Saldo final	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				
Produtos acabados	562.902	470.828	667.178	541.935
Produtos em elaboração	749.839	633.478	756.195	640.050
Matérias-primas	385.305	370.764	701.609	663.385
Suprimentos e sobressalentes	499.492	489.112	554.467	534.190
Importações em andamento	85.012	151.545	85.148	151.560
Provisão para perdas	(123.938)	(96.521)	(136.858)	(111.290)
Outros	137.795	185.570	135.757	184.476
	2.296.407	2.204.776	2.763.496	2.604.306
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração	-	-	39.037	22.657
	2.296.407	2.204.776	2.802.533	2.626.963

A controlada Mineração Usiminas S.A, com base no seu plano de produção, transferiu do ativo circulante para o realizável a longo prazo, rubrica “Demais valores a receber”, o estoque de produtos cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foi apurada perda por *impairment* na controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	3.527	-	3.972	-
COFINS	15.387	-	17.571	-
ICMS	56.639	19.291	38.034	20.424
IPI	24.453	-	5.953	-
Crédito Exportação – Reintegra	21.170	-	539	-
INSS a recuperar	-	-	18	-
Outros	-	11.631	-	11.631
	121.176	30.922	66.087	32.055

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	4.760	18	4.244	16
COFINS	21.013	85	18.918	76
ICMS	78.090	42.992	69.404	84.192
IPI	31.480	-	15.453	-
Crédito Exportação – Reintegra	21.170	-	539	-
INSS a recuperar	19.654	-	16.098	-
Outros	684	11.786	535	11.786
	176.851	54.881	125.191	96.070

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	273.647	(501.133)	420.950	(251.748)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(93.040)	170.385	(143.123)	85.594
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	96.894	16.418	52.665	48.574
Juros sobre capital próprio recebidos	(34.316)	(10.679)	(5.410)	(10.679)
Exclusões (adições) permanentes	(63.533)	(12.947)	(66.197)	(20.688)
Créditos fiscais não reconhecidos	53.363	(331.996)	53.363	(338.548)
Incentivo fiscal	-	-	2.595	756
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	237	(90.479)
Outros	-	-	-	375
Tributos sobre o lucro apurados	(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)
Corrente	-	-	(59.038)	(17.951)
Diferido	(40.632)	(168.819)	(46.832)	(307.144)
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)
Imposto de renda	(29.877)	(124.132)	(79.762)	(243.202)
Contribuição social	(10.755)	(44.687)	(26.108)	(81.893)
Alíquotas efetivas	15%	-	25%	-

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2016	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros (i)	31/12/2017
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	2.303.097	-	62.168	(3.909)	2.361.356
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.013.844)	-	53.363	-	(960.481)
Provisões temporárias					
Provisão para passivo atuarial	398.836	-	(86.760)	-	312.076
Provisão para demandas judiciais	142.532	-	20.520	-	163.052
Provisão para ajustes de estoque	32.817	-	9.321	-	42.138
Regime de caixa nos contratos de *swap*	42.968	-	(42.892)	-	76
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (ii)	85.488	-	(49.341)	-	36.147
Ajustes de imobilizado (Lei nº 11.638/07)	59.577	-	(59.577)	-	-
Resultado nos contratos de *swap* valor de mercado	8.368	-	(8.368)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	42.646	-	(3.183)	-	39.463
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	187.970	(28.259)	-	-	159.711
Outros	101.162	(66)	14.813	-	115.909
Total ativo	2.391.617	(28.325)	(89.936)	(3.909)	2.269.447
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Depreciação incentivada	17.403	-	(3.705)	-	13.698
Ajuste de imobilizado – IAS 29	67.869	(6.061)	-	-	61.808
Regime de caixa da correção monetária sobre depósitos judiciais	39.997	-	8.628	-	48.625
Ajuste de ágio	48.825	-	(27.375)	-	21.450
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.608	-	(27.953)	-	162.655
Outros	5.350	-	1.101	-	6.451
Total passivo	370.052	(6.061)	(49.304)		314.687
Total líquido	2.021.565	(22.264)	(40.632)	(3.909)	1.954.760

(i) A Companhia utilizou parte do saldo de prejuízos fiscais para a liquidação de tributos federais incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), Lei nº 13496/2017. Os referidos tributos foram integralmente baixados do passivo circulante.
(ii) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

	31/12/2016	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros (i)	31/12/2017
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	2.483.739	-	49.337	(3.909)	2.529.167
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.038.425)	-	53.363	-	(985.062)
Provisões temporárias					
Provisão para passivo atuarial	412.475	(1.251)	(89.514)	-	321.710
Provisão para demandas judiciais	181.247	-	32.058	-	213.305
Provisão para ajustes de estoques	34.959	-	8.152	-	43.111
Regime de caixa nos contratos de *swap*	42.968	-	(42.892)	-	76
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (ii)	85.488	-	(49.341)	-	36.147
Ágio/aquisição de empresas	306.776	-	(2.949)	-	303.827
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	558.087	-	-	-	558.087
Ajuste de imobilizado (Lei nº 11.638/07)	59.577	-	(59.577)	-	-
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	187.970	(28.259)			159.711
Outros	201.933	(66)	6.655	-	208.522
Total ativo	3.516.794	(29.576)	(94.708)	(3.909)	3.388.601
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Depreciação incentivada	17.403	-	(3.705)	-	13.698
Depreciação taxa fiscal	20.021	-	(710)	-	19.311
Regime de caixa da correção monetária sobre depósitos judiciais	67.870	(6.061)	(1)	-	61.808
Correção monetária sobre depósitos judiciais	43.241	-	9.401	-	52.642
Ajuste de ágio	48.825	-	(27.375)	-	21.450
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.608	-	(27.953)	-	162.655
Outros	8.458	-	2.467	-	10.925
Total passivo	396.426	(6.061)	(47.876)	-	342.489
Total líquido	3.120.368	(23.515)	(46.832)	(3.909)	3.046.112

(i) A Companhia utilizou parte do saldo de prejuízos fiscais para a liquidação de tributos federais incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), Lei nº 13496/2017. Os referidos tributos foram integralmente baixados do passivo circulante.
(ii) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia reverteu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R$53.363 na Controladora e no Consolidado (31 de dezembro de 2016 – R$331.996 e R$338.548, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R$960.481 na Controladora e de R$985.062 no Consolidado (31 de dezembro de 2016 – R$1.013.844 e R$1.038.425, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	-	-	116.603
2018	134.070	-	173.660	110.602
2019	188.375	151.070	226.861	278.781
2020	198.944	216.926	247.540	360.573
2021	210.905	241.874	262.293	375.346
2022 até 2024	733.180	914.267	817.754	1.197.842
2025 até 2027	803.972	1.168.090	1.421.438	1.377.657
2028 até 2030	745.738	713.234	797.372	737.815
Após 2030 (i)	214.744	-	426.745	-
Ativo	3.229.928	3.405.461	4.373.663	4.555.219
Créditos fiscais não reconhecidos	(960.481)	(1.013.844)	(985.062)	(1.038.425)
Ativo	2.269.447	2.391.617	3.388.601	3.516.794
Passivo	(314.687)	(370.052)	(342.489)	(396.426)
Posição líquida	1.954.760	2.021.565	3.046.112	3.120.368

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de recuperabilidade dos ativos (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Imposto de renda		
Receita (despesa) corrente (i)	(43.596)	(13.926)
Antecipações e compensações do período	42.292	6.835
	(1.304)	(7.091)
Contribuição social		
Receita (despesa) corrente (i)	(15.442)	(4.025)
Antecipações e compensações do período	15.312	3.578
	(130)	(447)
Total IR e CSLL a pagar	(1.434)	(7.538)

(i) Refere-se a ajuste entre a provisão e a declaração de imposto de renda de exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.454	(106.138)	71.316	174.418	(106.138)	68.280
IR e CSLL	152.847	(57.089)	95.758	95.529	(57.089)	38.440
INSS	120.856	(7.265)	113.591	107.777	(8.405)	99.372
CIDE	26.384	(26.384)	-	44.188	(26.384)	17.804
ICMS	9.836	-	9.836	65.357	-	65.357
Trabalhistas	179.137	-	179.137	191.055	-	191.055
Cíveis	43.525	(16)	43.509	35.801	(16)	35.785
Outras	3.724	-	3.724	12.922	-	12.922
	713.763	(196.892)	516.871	727.047	(198.032)	529.015

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.454	(106.138)	71.316	174.418	(106.138)	68.280
IR e CSLL	158.787	(57.089)	101.698	101.469	(57.089)	44.380
INSS	128.703	(7.265)	121.438	114.456	(8.405)	106.051
CIDE	26.384	(26.384)	-	44.188	(26.384)	17.804
ICMS	10.957	-	10.957	65.818	-	65.818
COFINS	21.414	-	21.414	19.994	-	19.994
Trabalhistas	234.202	-	234.202	240.680	-	240.680
Cíveis	63.368	(16)	63.352	40.633	(16)	40.617
Outras	51.223	-	51.223	56.605	-	56.605
	872.492	(196.892)	675.600	858.261	(198.032)	660.229

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	727.047	686.343	858.261	795.424
Adições	34.712	47.098	85.888	82.469
Juros/atualizações	26.108	34.578	31.612	47.675
Reversões	(74.104)	(40.972)	(103.269)	(67.307)
Saldo final	713.763	727.047	872.492	858.261

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	31/12/2016	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial(i)	Juros sobre capital próprio e dividendos	Lucro não realizados nos estoques	Outros	31/12/2017
Controladas							
Mineração Usiminas (ii)	3.047.638	(700.000)	149.376	(47.240)	-	(13.387)	2.436.387
Soluções Usiminas	650.840	-	34.641	(7.882)	(22.449)	1.676	656.826
Usiminas Commercial	20.603	-	(16.826)	-	-	-	3.777
Usiminas Europa	864.794	(786.138)	36.189	-	-	-	114.845
Usiminas International	33.881	-	553	-	-	-	34.434
Usiminas Mecânica (iii)	532.745	(57.866)	(30.337)	-	(2.318)	-	442.224
UPL	62.851	-	8.263	(1.435)	-	(1)	69.678
Ágio em controladas (v)	10.835	(10.835)	-	-	-	-	-
	5.224.187	(1.554.839)	181.859	(56.557)	(24.767)	(11.712)	3.758.171
Controladas em conjunto							
Unigal	573.284	-	132.707	(126.000)	-	-	579.991
Usiroll	8.831	-	1.306	-	-	(264)	9.873
	582.115	-	134.013	(126.000)	-	(264)	589.864
Coligadas							
Codeme	61.944	-	(33.847)	-	-	2.776	30.873
MRS	9.511	-	1.233	(849)	-	-	9.895
Ágio em coligadas (iv)	62.175	(62.175)	-	-	-	-	-
	133.630	(62.175)	(32.614)	(849)		2.776	40.768
	5.939.932	(1.617.014)	283.258	(183.406)	(24.767)	(9.200)	4.388.803

(i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R$260.214, quando comparado à receita de R$283.258 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos no valor de R$1.723 e o lucro não realizado nos estoques no valor de R$24.767 apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.

(ii) Do valor total demonstrado na coluna “Outros”, R$13.382 refere-se a valor reembolsado aos acionistas Serra Azul Iron Ore L.L.C e Sumitomo Corportation do Brasil equivalente à parte do montante pago à Mineração Usiminas em 2011, pela Summit Empreendimentos Minerais Ltda (SEM).

(iii) Redução de capital no período, composta por R$42.492 de créditos de ICMS, R$14.477 de ativo imobilizado e R$897 de Estoques.

(iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R$73.010, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Rios Unidos e coligada Codeme. Este valor foi registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

(ii) Consolidado

	31/12/2016	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2017
Controladas em conjunto						
Modal	2.669	-	2.830	(2.827)	-	2.672
Unigal	573.284	-	132.707	(126.000)	-	579.991
Usiroll	8.831	-	1.306	-	(264)	9.873
Ágio em controladas em conjunto (i)	16.083	(1.882)	-	-	-	14.201
	600.867	(1.882)	136.843	(128.827)	(264)	606.737
Coligadas						
Codeme	61.944	-	(33.847)	-	2.776	30.873
MRS	388.532	-	50.384	(34.661)	(9)	404.246
Terminal Paraopeba	910	-	(8)	-	-	902
Terminal Sarzedo	1.852	-	1.585	(1.978)	-	1.459
Outros	2.696	-	(61)	-	-	2.635
Ágio em coligadas (i)	69.375	(62.175)	-	-	-	7.200
	525.309	(62.175)	18.053	(36.639)	2.767	447.315
	1.126.176	(64.057)	154.896	(165.466)	2.503	1.054.052

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R$64.057, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme. Este valor foi registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2017:

	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro	% de participação
Codeme	Brasil	373.142	224.832	148.310	119.345	(31.855)	30,77
MRS (i)	Brasil	7.799.492	4.257.721	3.541.771	3.492.805	443.532	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.663	262.599	4.206	2.496	30.818	2.063
Contas a receber	894	33.215	1.193	827	52.994	1.044
Estoques	-	46.925	362	-	48.702	407
Outros	8	5.110	132	8	12.615	138
Total do ativo circulante	3.565	347.849	5.893	3.331	145.129	3.652
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	2.466	-	-	13.402	56
Imobilizado	2.597	905.003	14.418	2.621	948.863	15.068
Intangível	-	204	6	-	432	7
Total do ativo não circulante	2.597	907.673	14.424	2.621	962.697	15.131
Total do ativo	6.162	1.255.522	20.317	5.952	1.107.826	18.783
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	33.152	-	-	97.939	-
Fornecedores	138	8.411	127	-	7.366	93
Contingências	-	1.291	-	-	12.674	47
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	179.703	5	-	148.052	-
Outros (i)	681	195.295	434	615	12.219	978
Patrimônio líquido	5.343	837.670	19.751	5.337	829.576	17.665
Total do passivo e patrimônio líquido	6.162	1.255.522	20.317	5.952	1.107.826	18.783

(i) Em 31 de dezembro de 2017, a Unigal deliberou a distribuição de R$180.000 a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2017			31/12/2016		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	9.648	361.332	8.795	9.302	277.041	8.073
Custo produtos e serviços vendidos	(2.997)	(102.644)	(4.302)	(2.722)	(99.929)	(4.211)
Receitas (despesas) operacionais	(33)	(13.354)	(791)	(29)	(12.694)	(2.100)
Receitas (despesas) financeiras	208	8.637	206	255	39.100	168
Provisão IRPJ e CSLL	(1.160)	(65.877)	(1.296)	(1.135)	(53.518)	(632)
Lucro líquido do exercício	5.666	188.094	2.612	5.671	150.000	1.298

(c) Outras informações relevantes sobre os investimentos

Mineração Usiminas - Contrato de prestação de serviços de operação portuária com a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.)

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades *Take or Pay* e *Delivery or Pay*, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012.

Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para por fim ao processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabeleceu um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ.

Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A., decorrente da celebração do acordo para por fim ao processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

16 Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.043.821	(1.236.488)	807.333	2.034.834	(1.191.917)	842.917
Máquinas e equipamentos	5	20.814.835	(12.243.142)	8.571.693	20.737.962	(11.497.391)	9.240.571
Instalações	4	905.888	(232.928)	672.960	780.681	(187.650)	593.031
Móveis e utensílios	17	49.775	(40.340)	9.435	49.425	(37.055)	12.370
Equipamentos de informática	29	176.834	(168.610)	8.224	174.720	(160.545)	14.175
Veículos	66	37.039	(35.757)	1.282	37.327	(34.810)	2.517
Ferramentas e aparelhos	20	195.186	(172.944)	22.242	193.262	(163.426)	29.836
		24.223.378	(14.130.209)	10.093.169	24.008.211	(13.272.794)	10.735.417
Terrenos		419.550	-	419.550	419.553	-	419.553
Total em operação		24.642.928	(14.130.209)	10.512.719	24.427.764	(13.272.794)	11.154.970
Em obras							
Obras em andamento		555.878	-	555.878	598.966	-	598.966
Imobilizado em processamento		32.793	-	32.793	7.941	-	7.941
Importações em andamento		512	-	512	2.076	-	2.076
Adiantamentos a fornecedores		817	-	817	416	-	416
Encargos de empréstimos capitalizados		7.613	-	7.613	46.438	-	46.438
Outros		82.479	-	82.479	72.251	-	72.251
Total em obras		680.092	-	680.092	728.088	-	728.088
		25.323.020	(14.130.209)	11.192.811	25.155.852	(13.272.794)	11.883.058

		Consolidado					
		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.400.504	(1.418.472)	982.032	2.391.791	(1.356.869)	1.034.922
Máquinas e equipamentos	5	22.059.248	(13.053.003)	9.006.245	22.006.733	(12.226.909)	9.779.824
Instalações	4	1.618.523	(518.455)	1.100.068	1.489.090	(421.235)	1.067.855
Móveis e utensílios	17	66.823	(54.102)	12.721	67.038	(50.472)	16.566
Equipamentos de informática	29	218.076	(202.079)	15.997	217.355	(191.940)	25.415
Veículos	66	55.914	(54.507)	1.407	57.260	(54.410)	2.850
Ferramentas e aparelhos	20	224.943	(188.394)	36.549	222.747	(176.700)	46.047
Outros		91.118	(6.079)	85.039	89.285	(4.817)	84.468
		26.735.149	(15.495.091)	11.240.058	26.541.299	(14.483.352)	12.057.947
Terrenos		798.335	-	798.335	798.338	-	798.338
Total em operação		27.533.484	(15.495.091)	12.038.393	27.339.637	(14.483.352)	12.856.285
Em obras							
Obras em andamento		705.901	-	705.901	743.294	-	743.294
Imobilizado em processamento		45.967	-	45.967	27.753	-	27.753
Importações em andamento		545	-	545	2.109	-	2.109
Adiantamentos a fornecedores		929	-	929	430	-	430
Encargos de empréstimos capitalizados		7.613	-	7.613	46.438	-	46.438
Outros		83.270	-	83.270	72.581	-	72.581
Total em obras		844.225	-	844.225	892.605	-	892.605
		28.377.709	(15.495.091)	12.882.618	28.232.242	(14.483.352)	13.748.890

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	29.062	11.883.058
Adições (i)	-	1.332	-	6	-	168.261	28	169.627
Adições (redução de capital)	-	7.575	6.662	185	-	-	55	14.477
Baixas	-	(669)	-	(2)	(3)	(8.729)	(1)	(9.404)
Depreciação (ii)	(44.691)	(746.945)	(45.279)	(9.564)	-	-	(13.029)	(859.508)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Transferências	9.107	68.635	115.916	1.781	-	(198.295)	2.856	-
Outros (iv)	-	1.194	2.630	-	-	(16.846)	(30)	(13.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	18.941	11.192.811

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R$169.627.
(ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
(iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iv) A coluna “Imobilizado em obras” contempla saldos de transferência para o intangível no montante de R$17.855, além da transferência de itens em estoque referentes a imobilizado no montantde de R$4.801.

	Controladora							
	Edificações	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações**	**Ferramentas e aparelhos**	**Terrenos**	**Imobilizado em obras**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	864.465	9.941.429	195.051	39.394	419.553	1.224.674	31.611	12.716.177
Adições (i)	-	5.125	-	-	-	159.158	158	164.441
Baixas	(354)	(11.195)	-	(73)	-	(56.439)	(1)	(68.062)
Depreciação (ii)	(44.285)	(872.034)	(31.147)	(10.426)	-	-	(15.783)	(973.675)
Encargos de empréstimos Capitalizados	-	-	-	-	-	46.438	-	46.438
Baixa de adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Transferências	23.091	176.452	409.735	941	-	(623.035)	12.816	-
Outros	-	794	19.392	-	-	(19.622)	261	825
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	29.062	11.883.058

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R$163.250 e compras por meio de FINAME no valor de R$1.191.
(ii) Em 31 de dezembro de 2016, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R$21.894, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

	Consolidado							
	Edificações	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações**	**Ferramentas e aparelhos**	**Terrenos**	**Imobilizado em obras**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890
Adições (i)	-	9.559	2.657	158	-	195.604	493	208.471
Baixas	(243)	(831)	-	(9)	(3)	(8.729)	(15)	(9.830)
Depreciação (ii)	(61.756)	(851.135)	(111.536)	(12.274)	-	-	(19.769)	(1.056.470)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Impairment de ativos	-	-	-	-	-	-	1.833	1.833
Transferências	9.109	66.319	137.643	2.643	-	(219.090)	3.376	-
Outros (iv)	-	2.509	3.449	(16)	-	(23.778)	(53)	(17.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	844.225	115.164	12.882.618

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R$208.471.
(ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
(iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iv) A coluna “Imobilizado em obras” contempla saldos de transferência para o intangível no montante de R$19.350, além da transferência de itens em estoque referentes a imobilizado no montantde de R$13.016.

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.047.756	10.552.413	717.632	57.226	798.338	1.425.978	144.286	14.743.629
Adições (i)	237	8.775	2.760	153	-	196.909	638	209.472
Baixas	(354)	(11.760)	(1)	(77)	-	(56.435)	(7.588)	(76.215)
Depreciação (ii)	(60.636)	(981.175)	(93.465)	(13.102)	-	-	(23.050)	(1.171.428)
Encargos de empréstimos Capitalizados	-	-	-	-	-	46.438	-	46.438
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Transferências	47.919	210.777	421.537	1.845	-	(696.782)	14.704	-
Outros	-	794	19.392	2	-	(20.417)	309	80
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890

(i) As adições compreendem compras à vista no valor de R$207.035; compras à prazo no valor de R$1.246; e compras por meio de FINAME no valor de R$1.191.
(ii) Em 31 de dezembro de 2016, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R$21.894, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

Em 31 de dezembro de 2017, as adições do imobilizado, no montante de R$208.471, referem-se principalmente ao retorno do AF1 de Ipatinga à operação (R$48.168), equipamentos para *sustaining* (R$31.574), à substituição dos *staves* do alto forno nº3 em Ipatinga (R$17.239), troca da carcaça do convertedor nº 5 da aciaria de Ipatinga (R$4.733), substituição de vigas do galpão da área de lingotamento contínuo em Ipatinga (R$4.378), troca dos trafos ascarel em Cubatão (R$4.069), melhoria da coqueria nº2 de Ipatinga (R$4.028), implantação de sistema de tratamento químico de efluentes em Cubatão (R$4.024) e projetos compactos (R$3.120) e disposição dos rejeitos para barragem samambaia (R$2.571) da controlada Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R$844.225, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria no processo produtivo para manutenção da capacidade produtiva, *sustaining* e a projetos de proteção ambiental. As principais obras são: laminador de chapas grossas em Ipatinga (R$334.862); retorno do AF1 de Ipatinga à operação (R$48.168), substituição dos *staves* do alto forno nº3 em Ipatinga (R$18.480); e projeto de beneficiamento de minério de ferro compactos (R$75.937) da controlada Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R$7.613 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2017, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R$844.724, R$3.125 e R$11.659 (31 de dezembro de 2016 – R$957.275, R$3.130 e R$13.270), respectivamente. Em termos No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$1.035.389, R$4.424 e R$16.658 (31 de dezembro de 2016 - R$1.148.451, R$4.485 e R$18.492), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 39).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradores de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradores de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital (vide nota 28).

Em 31 de dezembro de 2017 as Empresas Usiminas efetuaram avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:

(a) Testes de *Impairment* do ágio

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), as Empresas Usiminas efetuaram análise de *impairment*, conforme descrito a seguir.

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mineração		-	21.401	23.283
Siderurgia	110.343	183.353	110.343	183.353
Transformação do aço		-	2.433	2.433
	110.343	183.353	134.177	209.069

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R$73.010, sendo R$62.175 (31 de dezembro de 2016 - R$8.030), referente a ágio pago na aquisição da coligada Codeme e R$10.835 na coligada Rios Unidos. No segmento Mineração foi registrada perda por *impairment* no valor de R$1.882, referente aos ágios da controlada Modal. Estes valores foram registrados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 11,9% e 14,9% a.a..

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 4,3% a.a.

(b) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real em real (R$) utilizada foi de 7,54% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. A taxa de inflação brasileira estimada de longo prazo foi de 4,08% a.a. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD60/t e USD63/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu uma reversão de *impairment* no valor de R$357.508, que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. O *impairment* remanescente no valor de R$1.641.432, continua sendo monitorado pela Companhia e será revertido na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(c) Teste de *Impairment* de outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados das suas unidades geradoras de caixa do Segmento Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital. Não foi identificada perda por *impairment* nos ativos de longo prazo para o segmento da Siderurgia e demais segmentos.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volume de vendas, preços médios e custos operacionais realizados pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variações de preços internacionais, evolução de dólar e de inflação. Para os anos posteriores, foram adotadas taxas de crescimento em função das estimativas de inflação de longo prazo e de taxa de câmbio. O fluxo de caixa descontado foi elaborado conforme a vida útil estimada dos equipamentos em operação.

Os cenários utilizados nos mencionados testes são as melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo, são as mesmas premissas utilizadas no teste do ágio anteriormente mencionado no item (a).

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2018, os quais indicarão a azoabilidade das projeções futuras utilizadas. Os ativos de vida longa por segmento operacional estão demonstrados na Nota 28.

18 Ativos intangíveis

A composição dos ativos intangíveis pode ser demonstrada conforme a seguir:

		Controladora					
		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	27	242.821	(170.547)	72.274	196.945	(146.307)	50.638
Ágio	-	153.692	(43.349)	110.343	153.692	(43.349)	110.343
Outros	-	4.049	-	4.049	25.874	-	25.874
		400.562	(213.896)	186.666	376.511	(189.656)	186.855

		Consolidado					
		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	27	335.591	(252.302)	83.289	287.700	(222.902)	64.798
Ágio	-	156.125	(43.349)	112.776	166.960	(43.349)	123.611
Direito Minerário	-	2.063.280	(80.560)	1.982.720	2.063.280	(77.882)	1.985.398
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	-	(1.509.251)	-	(1.509.251)	(1.509.251)	-	(1.509.251)
Outros	-	21.539	(13.883)	7.656	42.382	(13.020)	29.362
		1.067.284	(390.094)	677.190	1.051.071	(357.153)	693.918

A movimentação dos ativos intangíveis pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	*Software* adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Adições	-	-	6.196	6.196
Transferências	-	25.389	(25.389)	-
Amortização	-	(24.240)	-	(24.240)
Outros	-	20.487	(2.632)	17.855
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Custo total	153.692	242.821	4.049	400.562
Amortização acumulada	(43.349)	(170.547)	-	(213.896)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Taxas anuais de amortização %	-	27	-	-

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	***Software* adquirido**	**Outros**	**Total**
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	110.343	42.780	30.618	183.741
Adições	-	52	14.025	14.077
Baixas	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	7.566	(7.566)	-
Amortização	-	(16.259)	-	(16.259)
Outros		16.499	(11.168)	5.331
Saldos em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Custo total	153.692	196.945	25.874	376.511
Amortização acumulada	(43.349)	(146.307)	-	(189.656)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Taxas anuais de amortização %	-	24	-	-

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	**Ágio pago em aquisições**	***Software* adquirido**	**Outros**	**Total**
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Adições	-	-	1.314	6.385	7.699
Transferências	-	-	24.596	(24.596)	-
Amortização	(2.678)	-	(29.400)	(863)	(32.941)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (*Impairment*)	-	(10.835)	-	-	(10.835)
Outros			21.981	(2.632)	19.349
Saldos em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Custo total	557.929	156.125	335.591	17.639	1.067.284
Amortização acumulada	(84.459)	(43.349)	(252.302)	(9.984)	(390.094)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Taxas anuais de amortização %	-	-	27	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R$0,55 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	**Ágio pago em aquisições**	***Software* adquirido**	**Outros**	**Total**
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	119.317	123.611	59.816	35.178	337.922
Adições	-	-	1.349	14.375	15.724
Baixas	-	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	-	8.797	(8.797)	-
Amortização	(677)	-	(22.300)	(192)	(23.169)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (*Impairment*)	357.508	-	-	-	357.508
Outros	-	-	17.136	(11.168)	5.968
Saldos em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Custo total	557.929	166.960	287.700	38.482	1.051.071
Amortização acumulada	(81.781)	(43.349)	(222.902)	(9.121)	(357.153)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Taxas anuais de amortização %	-	-	24	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R$0,13 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

Em 31 de dezembro de 2017, as adições dos ativos intangíveis do Consolidado, no montante de R$7.699, referem-se, principalmente, ao projeto do e-social (R$703), otimização e proteção do perímetro da rede corporativa (R$700), gestão de recolhimento de impostos (R$489), site industrial Aciaria e Laminações (R$463), além de projetos de atualização tecnológica da controlada Soluções Usiminas (R$1.314) e na controlada Mineração Usiminas (R$189).

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$310 e R$23.930 (31 de dezembro de 2016 - R$308 em “Custos das vendas” e R$15.951 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$5.540, R$74 e R$27.327 (31 de dezembro de 2016 - R$3.147, R$123 e R$19.899), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Rios Unidos um *impairment* no valor de R$10.835, conforme Nota 17 (a). Em 2016, no segmento Mineração foi reconhecida no resultado uma reversão de *impairment* no valor de R$357.508, conforme Nota 17 (b).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No país	392.304	651.732	471.041	704.711
No exterior	29.034	31.387	47.460	35.812
Valores a pagar a empresas ligadas	454.061	177.716	458.416	105.854
	875.399	860.835	976.917	846.377

20 Empréstimos e financiamentos

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas financeiras junto aos seus credores. Como parte desta renegociação, foram definidas as seguintes condições que requereriam o vencimento antecipado das dívidas:

(i) o não recebimento dos recursos mantidos no caixa de sua controlada Mineração Usiminas S.A. (MUSA), em montante mínimo de R$700.000, até o dia 30 de junho de 2017; e

(ii) a não realização de uma oferta de permuta de no mínimo 50% dos *Eurobonds*, originalmente emitidos em 2008 no montante total de US$400 milhões, com vencimento em janeiro de 2018, até o prazo máximo de 30 de junho de 2017. Esta oferta abrangeria apenas os *Eurobonds* em circulação no mercado, que representam cerca de US$180 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Sobre o item (i), em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA realizada em 3 de março de 2017, foi aprovada a redução do seu capital social no montante de R$1.000.000, dos quais R$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017. Em relação ao item (ii), em 30 de junho de 2017, a Companhia obteve de Bancos Privados Brasileiros (Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a dispensa da obrigatoriedade de realização da referida oferta de permuta, condicionada à obtenção, em caráter definitivo, de dispensa semelhante junto aos Bancos Japoneses (Nippon Usiminas Co., Ltd., Japan Bank for International Cooperation, The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., Mizuho Bank, Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation) e aos debenturistas, a qual foi obtida em 31 de agosto de 2017. Em contrapartida, a Companhia se comprometeu a pagar aos Bancos Privados Brasileiros, BNDES, Bancos Japoneses e Debenturistas, em 15 de dezembro de 2017, valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*, de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Companhia com cada um destes credores. Em 15 de dezembro de 2017, o referido valor pago correspondeu a R$290.410.

20.1 Condicionantes e cláusulas da renegociação da dívida

(a) Covenants

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices, calculados em uma base individual (Controladora):

(i) Dívida Líquida / EBITDA:
- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(ii) EBITDA / Despesas Financeiras:
- mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*, exceto com relação a outorga de garantias a certos credores no contexto da renegociação, a qual não seria mais permitida nos termos dos *Eurobonds* em virtude do vencimento, em 30 de junho de 2017, da dispensa temporária anteriormente concedida pelos detentores de tais *bonds* com relação a limitações de concessão de garantias previstas nos termos dos *Eurobonds*. Tal descumprimento pode ser curado pela Companhia em até 60 dias contados a partir da data de recebimento de uma notificação de descumprimento enviada pela entidade custodiante dos *Eurobonds* ou por um quórum mínimo de detentores dos *Eurobonds*, a qual não foi recebida até a presente data. Passado tal prazo, o descumprimento ensejaria o vencimento antecipado somente se recebida uma nova notificação enviada pela entidade custodiante dos *Eurobonds* ou por um quórum mínimo de detentores dos *Eurobonds*, solicitando a aceleração da dívida. A Companhia optou por não solicitar nova dispensa de anuência, aos detentores dos *Eurobonds,* com relação a essas limitações de outorga de garantias, levando em consideração, dentre outros fatores, o pagamento integral dos *Eurobonds* realizado em janeiro de 2018.

(b) *Cash sweep*

Nos instrumentos de renegociação da dívida o mecanismo de *cash sweep*, que obriga a Companhia, caso houver um excedente de caixa superior aos limites estabelecidos, a ser verificado nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, excluídos certos eventos de liquidez, a distribuir este montante excedente de caixa a seus credores, de forma pro-rata, que será utilizado para a amortização antecipada dos valores de principal, de juros e demais encargos devidos nos termos destes instrumentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou o montante de R$378.799 como excedente de caixa, o qual foi reclassificado para o curto prazo, uma vez que será pago de forma pro-rata aos credores até 15 de março de 2018.

20.2 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2017 Circulante	31/12/2017 Não circulante	31/12/2016 Circulante	31/12/2016 Não circulante
BNDES	R$	2026	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	23.996	332.140	1.822	371.586
BNDES	R$	2018	5,50% a.a.	431	-	1.278	425
BNDES	R$	2026	TJLP	248	3.512	13	3.930
FINAME	R$	2018 a 2024	2,5% a 9,5%a.a.	4.926	20.378	8.190	25.250
Banco do Brasil	R$	2026	CDI + 3% a.a.	157.591	2.222.667	17.137	2.486.701
Bradesco	R$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.019	49.213	7.709	53.115
Bradesco	R$	2026	CDI + 3% a.a.	34.790	488.784	4.620	546.856
Itaú BBA	R$	2026	CDI + 3% a.a.	42.898	602.680	5.696	674.289
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(12.772)	(60.853)	(12.797)	(73.626)
				260.127	3.658.521	33.668	4.088.526

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2017 Circulante	31/12/2017 Não circulante	31/12/2016 Circulante	31/12/2016 Não circulante
BNDES	US$	2026	Cesta de moedas (US$) + 3,88% a.a.	1.297	18.226	72	20.112
BNDES	US$	2026	Cesta de moedas (US$) + 3,88% a.a	7.638	107.267	422	118.375
Nippon Usiminas	US$	2026	Libor + 2,83% a.a.	10.583	152.091	381	167.606
JBIC	US$	2026	Libor + 2,55% a.a.	28.135	406.637	675	448.120
JBIC	US$	2026	Libor + 2,885% a.a.	28.347	406.637	872	448.120
Eurobonds	JPY	2017	4,1165% a.a.	-	-	25.388	1.199.220
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.659)	(7.949)	(1.660)	(9.610)
				74.341	1.082.909	26.150	2.391.943
Em moeda nacional				260.127	3.658.521	33.668	4.088.526
				334.468	4.741.430	59.818	6.480.469

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2017 Circulante	31/12/2017 Não circulante	31/12/2016 Circulante	31/12/2016 Não circulante
BNDES	R$	2026	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	23.996	332.140	1.822	371.586
BNDES	R$	2018	5,50% a.a.	431	-	1.278	425
BNDES	R$	2026	TJLP	248	3.512	13	3.930
FINAME	R$	2018 a 2024	2,5% a 10%a.a.	7.431	24.245	11.342	31.603
Banco do Brasil	R$	2026	CDI + 3% a.a.	157.591	2.222.667	17.137	2.486.701
Bradesco	R$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.019	49.213	7.709	53.115
Bradesco	R$	2026	CDI + 3% a.a.	34.790	488.784	4.620	546.856
Itaú BBA	R$	2026	CDI + 3% a.a.	42.898	602.680	5.696	674.289
Outros	-	-	-	269	13.171	2.637	13.172
Comissões e outros custos	-	-	-	(12.772)	(60.853)	(12.797)	(73.626)
				262.901	3.675.559	39.457	4.108.051

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2017 Circulante	31/12/2017 Não circulante	31/12/2016 Circulante	31/12/2016 Não circulante
BNDES	US$	2026	Cesta de moedas (US$) + 3,88% a.a.	1.297	18.226	72	20.112
BNDES	US$	2026	Cesta de moedas (US$) + 3,88% a.a	7.638	107.267	422	118.375
Nippon Usiminas	US$	2026	Libor + 2,83% a.a.	10.583	152.090	381	167.606
JBIC	US$	2026	Libor + 2,55% a.a.	28.135	406.637	675	448.120
JBIC	US$	2026	Libor + 2,885% a.a.	28.347	406.637	872	448.120
Eurobonds	US$	2018	7,25%	590.704	-	18.330	563.642
Outros	-	-	-	-	-	3.608	-
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.659)	(7.948)	(1.660)	(9.610)
				665.045	1.082.909	22.700	1.756.365
Em moeda nacional				262.901	3.675.559	39.457	4.108.051
				927.946	4.758.468	62.157	5.864.416

20.3 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	1.198.975	-	568.519
2019	66.368	67.924	70.943	72.513
2020	332.197	336.046	336.104	339.953
2021	624.370	623.317	627.517	626.464
2022	903.198	897.509	905.928	900.239
2023 a 2026	2.815.297	3.356.698	2.817.976	3.356.728
	4.741.430	6.480.469	4.758.468	5.864.416

20.4 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	6.540.287	8.204.643	5.926.573	6.808.424
Ingressos	-	193.422	-	206.592
Reconhecimento – renegociação de dívida	-	5.312.578	-	5.312.578
Encargos provisionados	538.579	449.733	528.546	437.736
Variação monetária	88.269	185.827	88.518	189.091
Variação cambial	73.640	(717.953)	26.400	(625.707)
Amortização de encargos	(667.509)	(682.363)	(634.409)	(670.791)
Amortização de principal	(1.511.824)	(963.786)	(263.670)	(289.536)
Desreconhecimento – renegociação de dívida	-	(5.354.040)	-	(5.354.040)
Diferimento de comissões	14.456	(87.774)	14.456	(87.774)
Saldo final	5.075.898	6.540.287	5.686.414	5.926.573

20.5 Outras informações relevantes sobre os empréstimos e financiamentos

Eurobonds

Em 2008, a controlada no exterior Usiminas Commercial emitiu títulos *Eurobonds* no mercado no montante total de US$ 400 milhões. Os recursos advindos dessa emissão foram imediatamente emprestados à Companhia mediante contrato de mútuo indexado em JPY. Em 2014, a controlada no exterior Usiminas Europa adquiriu de terceiros parte destes *Eurobonds* no valor de cerca de US$ 220 milhões. Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os *Eurobonds* que esta controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R$775.665.

A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R$775.665, conforme apresentado na Nota 9, Títulos e valores mobiliários.

21 Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, conjuntamente aos contratos de empréstimos e financiamentos, foram incluídas na renegociação da dívida considerando as mesmas condições descritas na Nota 20. Desta forma, o montante de R$1.000.000, referente ao principal foi desreconhecido e reconhecido em 2016, passando a ter pagamentos anuais que vencem entre 2019 e 2026, além de encargos financeiros de 3% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, a movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	997.735	1.060.290
Encargos provisionados e outros	115.456	97.300
Variação monetária	12.125	66.596
Amortização de encargos	(129.841)	(226.451)
Amortização de principal	(46.110)	-
Saldo final (i)	949.365	997.735
Passivo circulante	62.031	5.551
Passivo não circulante	887.334	992.184

(i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R$7.816 (31 de dezembro de 2016 – R$9.166) referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2017, os encargos sobre as debêntures no montante de R$1.942 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2016 - R$5.551).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2019	11.692	10.764
2020	61.692	61.632
2021	116.692	116.632
2022	169.192	169.131
2023	169.192	169.131
2024 a 2026	358.874	464.894
	887.334	992.184

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	42.606	20.111	49.319	22.419
IPI	18.369	10.298	21.168	12.466
IRRF	6.793	7.003	8.353	9.345
ISS	1.046	890	3.321	3.179
PIS e COFINS	1.998	2.439	4.231	6.342
Outros	1.781	540	8.697	4.696
	72.593	41.281	95.089	58.447

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
			31/12/2017			31/12/2016
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	8.405	(8.405)	-
IPI	107.705	(100.079)	7.626	107.284	(100.079)	7.205
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	204.518	(196.892)	7.626	205.237	(198.032)	7.205
No passivo circulante	-	-	7.626	-	-	7.205

	Consolidado					
			31/12/2017			31/12/2016
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	8.405	(8.405)	-
IPI	107.705	(100.079)	7.626	107.284	(100.079)	7.205
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09	-	-	-	10.374	-	10.374
PERT	12.868	-	12.868	-	-	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	217.386	(196.892)	20.494	215.611	(198.032)	17.579
No passivo circulante	-	-	20.494	-	-	8.529
No passivo não circulante	-	-	-	-	-	9.050

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial (i)	205.237	205.000	215.611	215.805
Adições	-	-	6.326	-
Provisão (reversão) de juros	421	560	421	560
Amortização de principal	-	(323)	(4.342)	(1.601)
Baixa	(1.140)	-	(1.140)	-
Variação monetária	-	-	510	847
Subtotal	204.518	205.237	217.386	215.611
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(198.032)	(196.892)	(198.032)
Saldo final (ii)	7.626	7.205	20.494	17.579

(i) Do valor de tributos parcelados apresentando no balanço patrimonial, deve-se deduzir o valor de R$196.892 (31 de dezembro de 2016 – R$198.032), referente a compensação com depósitos judiciais.
(ii) O saldo da Controladora é, substancialmente, composto de IPI. O saldo do Consolidado, além do IPI da Controladora é, substancialmente, composto de COFINS.

Em 31 de dezembro de 2017, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, as parcelas a vencer dos tributos parcelados estão registradas no passivo circulante. Em 31 de dezembro 2016, as parcelas dos tributos parcelados registradas no passivo não circulante são apresentadas como segue:

	Consolidado
	31/12/2016
2018	1.324
2019	1.324
2020	1.324
2021	1.324
2022 a 2024	3.754
	9.050

24 Provisão para demandas judiciais

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	-	-	-	1.775	-	1.775
INSS	-	-	-	5.293	-	5.293
ICMS	58.490	-	58.490	3.564	-	3.564
Trabalhistas	294.962	(110.478)	184.484	278.859	(108.585)	170.274
Cíveis	128.472	(30.660)	97.812	119.589	(26.321)	93.268
Outras	-	-	-	13.325	-	13.325
	481.924	(141.138)	340.786	422.405	(134.906)	287.499

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	-	-	-	1.775	-	1.775
INSS	54	(54)	-	5.344	-	5.344
ICMS	86.941	(1.121)	85.820	32.341	-	32.341
PIS/COFINS	-	-	-	17.819	-	17.819
Trabalhistas	391.641	(145.652)	245.989	358.106	(108.585)	249.521
Cíveis	150.562	(33.394)	117.168	137.541	(26.321)	111.220
Outras	39.766	(34.234)	5.532	54.937	(3.244)	51.693
	668.964	(214.455)	454.509	607.863	(138.150)	469.713

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	422.405	395.834	607.863	557.455
Adições	139.202	66.515	202.058	97.133
Juros/atualizações	88.258	73.057	98.241	91.782
Amortizações/baixas	(121.441)	(75.969)	(165.455)	(80.351)
Reversões	(46.500)	(37.032)	(83.228)	(58.156)
Transferências entre passivos	-	-	9.485	-
	481.924	422.405	668.964	607.863

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2017 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

		31/12/2017	31/12/2016
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	48.228	35.806
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	229.020	220.252
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	27.458	27.853
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando o prosseguimento do feito.	67.071	65.227
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga COSIPA).	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	11.343	11.536
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS/RS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	51.925	-
Autos de infração referentes ao recolhimento de ISS sobre serviços portuários prestados pela Usiminas no Terminal Marítimo de Praia Mole - Vitória/ES.	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	-	13.250
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	22.601	14.974
Outras ações de natureza trabalhista.	-	17.714	22.802
Outras ações de natureza fiscal.	-	6.564	10.705
		481.924	422.405

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Discussão sobre a interpretação da Lei nº 9.718/98 relacionada à ampliação das bases de cálculo do PIS e da COFINS.	Aguardando julgamento.	-	17.746
Ação discutindo a dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ.	Aguardando julgamento.	-	-
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	28.450	26.527
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	57.539	46.616
Outras ações de natureza cível.	-	16.821	11.904
Outras ações de naturezas tributária e fiscal.	-	10.483	9.577
		113.293	112.370

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões da Controladora	481.924	422.405
Provisões da Soluções Usiminas	113.293	112.370
Provisões das demais empresas	73.747	73.088
Total do Consolidado	668.964	607.863

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	91.660	88.414
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.952	41.044
Autuação fiscal referente à cobrança do ICMS/SP incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não devidamente comprovada.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial e administrativa.	41.712	51.274
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.180.292	1.121.468
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	51.696	49.425
Ação contestando o indeferimento da desistência ao parcelamento do IRPJ da Lei nº 11.941/09 .	Ação transitada em julgado. Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	93.516	88.331
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	39.572	38.394
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	609.031	581.988
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSLL.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	46.740	44.167
Auto de Infração em virtude de suposto recolhimento a menor de ICMS/MG decorrente de créditos do imposto sobre tomadas de serviços de transporte para remessas a depósitos fechados.	A Companhia aderiu ao refinanciamento estadual e o processo foi encerrado.	-	101.430
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	48.989	55.199
Suspensão da exigibilidade inconstitucionalidade da Lei Ordinária n. 10.168/00 que criou a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE).	A Companhia aderiu ao refinanciamento federal e o processo foi encerrado.	-	39.311
Ação de contestação da Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de Marinha e seus acrescidos, no qual a Companhia é litisconsorte com demais condôminos.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	34.651	32.742
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS/SP em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo destinado à exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	136.464	257.010

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular – ICMS/RS.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	91.419	132.902
A Usiminas teria deixado de adicionar, na apuração do lucro real de da base de cálculo da CSLL, os “lucros” supostamente auferidos no exterior por duas empresas que são suas controladas, bem como teria indevidamente excluído da base de cálculo desse tributo o valor excedente de equivalência patrimonial.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	133.251	-
Auto de Infração exigindo ICMS/SP em razão de suposta tomada indevida de créditos relativos à aquisição de bens destinados ao uso e consumo e vinculados à exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	148.647	-
Auto de infração lavrado por ter a Companhia se beneficiado, entre 2011 e 2014, da suspensão do ICMS/MG, a qual está prevista no RICMS/02, sobre as remessas de combustíveis com destino a Usina Termoelétrica cedida em comodato para a CEMIG.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	57.710	-
Auto de Infração exigindo ICMS/SP em razão de suposta tomada indevida de créditos relativos à entrada de bens para uso e consumo vinculados à exportação, bem como em razão de suposto crédito realizado após o prazo decadencial.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	31.233	-
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	146.232	137.773
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	188.148	135.502
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Companhia ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Aguardando o juízo de admissibilidade do Recurso Especial e Extraordinário interposto.	56.315	33.774
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Aguardando o juízo de admissibilidade do Recurso Especial e Extraordinário interposto.	50.854	122.995
Outras ações de natureza cível e ambiental	-	156.411	160.829
Outras ações de natureza trabalhista	-	35.825	26.680
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-	397.650	366.852
		3.908.970	3.707.504

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	614.087	555.945
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando julgamento.	490.613	434.302
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando decisão sobre pedido de nulidade de perícia.	101.530	89.716
ICMS/SP exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	12.778	12.035
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	95.047	74.316
Outras ações de natureza cível e ambiental	-	16.584	3.080
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-	47.323	128.487
		1.377.962	1.297.881

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	26.280	24.739
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	102.774	107.751
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-	73.445	59.883
Outras ações de natureza cível	-	12.371	11.307
		214.870	203.680

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Auto de Infração lavrado pela Delegacia Fiscal de Ipatinga/MG visando cobrança de ICMS decorrente do aproveitamento indevido de créditos deste imposto correspondentes à entrada de bens destinados ao ativo imobilizado.	Apresentada impugnação ao Auto de Infração.	-	22.586
Mandado de Segurança com pedido de liminar objetivando tornar sem efeito o Termo de Retenção de Mercadorias no porto de Itaguaí/RJ.	Em fase de conhecimento.	-	22.347
Procedimento arbitral no qual se discute o reembolso de prejuízos e gastos adicionais suportados durante a execução das obras de construção de equipamento e não reconhecidos pelo cliente.	Aguardando Audiência de Instrução de Julgamento	9.975	18.404
Procedimento arbitral iniciado pela Mineração Usiminas no qual se discute com a contraparte termos contratuais.	Aguardando audiência de instrução de julgamento	1.096.398	-
Outras ações de natureza cível	-	15.614	1.897
Outras ações de natureza trabalhista	-	16.441	10.495
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-	2.030	1.229
		1.140.458	76.958

	31/12/2017	31/12/2016
Contingências da Controladora	3.908.970	3.707.504
Contingências da Usiminas Mecânica	1.377.962	1.297.881
Contingências da Soluções Usiminas	214.870	203.680
Contingências da Mineração Usiminas	1.140.458	76.958
Contingências das demais empresas	24.299	17.842
Total do Consolidado	6.666.559	5.303.865

(c) Contingências ativas

A Companhia figura como parte no processo ativo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobrás, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Processo visando receber o valor integral recolhido pela Companhia, na sua filial de Ipatinga, à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do seu recolhimento.	A Companhia está elaborando petição de liquidação por arbitramento para ser apresentada nos autos.	1.326.601	1.792.663
Processo visando receber o valor integral recolhido pela Companhia, na sua filial de Cubatão, à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do seu recolhimento.	O processo referente à filial de Cubatão teve a sua ação declaratória transitada em julgado. Em junho de 2016, a Companhia requereu a liquidação por arbitramento, com a imediata nomeação de perito judicial	797.430	942.122
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	241.726	221.787
Demais contingências ativas	-	207.261	106.872
		2.573.018	3.063.444

A Companhia também figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos junto à Delegacia da Receita Federal, dos quais R$332.827 foram compensados até 31 de dezembro de 2016. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia realizou compensações no valor de R$405.578.

25 Provisão para recuperação ambiental

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R$158.333 (31 de dezembro de 2016 – R$143.042).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente à taxa real de 10,69% a.a.. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	648.860	992.924	648.860	992.924
Benefícios de saúde pós-emprego	401.464	345.495	401.464	349.803
	1.050.324	1.338.419	1.050.324	1.342.727

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	7.771	14.473	7.771	14.473
Benefícios de saúde pós-emprego	(36.273)	(12.652)	(36.867)	(12.993)
	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(45.117)	(409.258)	(44.365)	(416.580)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes - CPC 33 e IFRIC 14	(160.575)	73.432	(160.575)	73.432
Redução (aumento) no ativo (*asset celing*) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	265.384	67.772	265.384	67.773
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	59.692	(268.054)	60.444	(275.375)

(i) Em 31 de dezembro de 2017, o total da Controladora inclui o valor de R$2.708 (31 de dezembro de 2016 – R$7.321) e do consolidado inclui o valor de R$752 (31 de dezembro de 2016 – R$234) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição e pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu beneficio em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e aposentadoria por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, BPD, Portabilidade e Resgate.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-natalidade e auxílio-doença.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes desse plano têm direito a benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, resgate e portabilidade.

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R$654.370 (31 de dezembro de 2016- R$1.006.590).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo superávit ou déficit mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 177 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na "Tabela Price", com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R$146.058 em 31 de dezembro de 2017.

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
					31/12/2017
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)
Valor justo dos ativos	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766
	1.004.953	(100.103)	133.505	26.459	1.064.814
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(1.004.953)	-	(128.769)	(25.685)	(1.159.407)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(520.295)	(33.972)	-	-	(554.267)
	(520.295)	(134.075)	4.736	774	(648.860)

	Controladora e Consolidado				
					31/12/2016
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)	(6.702.706)
Valor justo dos ativos	4.210.713	1.442.293	1.813.122	27.810	7.493.938
	675.645	(50.226)	141.827	23.986	791.232
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(675.645)	-	(134.330)	(17.817)	(827.792)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(693.578)	(262.786)	-	-	(956.364)
	(693.578)	(313.012)	7.497	6.169	(992.924)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2017, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R$75.041 (31 de dezembro de 2016 – R$81.797).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Saldo inicial	(6.702.706)	(5.846.362)
Saldo de conta apurado em ano anterior	802.111	-
Custo do serviço corrente	(708)	(1.106)
Custo dos juros	(601.973)	(711.465)
Benefícios pagos	571.308	517.886
Ajustes Mudança no Plano de benefícios	-	1.713
Ganhos (perdas) atuariais	(293.984)	(663.372)
	(6.225.952)	(6.702.706)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Saldo inicial	7.493.938	6.688.535
Saldo de conta apurado em ano anterior	(802.111)	-
Retorno esperado dos ativos	951.138	1.110.023
Contribuições reais durante o ano	219.109	213.337
Benefícios pagos	(571.308)	(517.957)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-
Saldo final	7.290.766	7.493.938

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	(708)	(1.199)
Custo dos juros	(690.299)	(718.718)
Retorno esperado dos ativos	698.778	734.294
Outros	-	96
	7.771	14.473

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado (Nota 32(b)), deduzidos das despesas com benefícios de saúde pós-emprego no valor de R$36.273 (31 de dezembro de 2016 – R$12.652).

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R$951.139 (31 de dezembro de 2016 – R$1.110.023).

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2018 totalizam R$211.967.

Premissas Atuariais

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto		(i)
Taxa de inflação	4,30	4,30%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	0%	0%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	0%	0%
Crescimentos salariais futuros	De 1,66% a 3,04%	6,03%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,3%	4,30%

(i) Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 5,30%; PBD, 5,30%; USIPREV, 5,40%; e COSIPREV, 4,40%.
(ii)) Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 6,10%; PBD, 6,10%; USIPREV, 6,10%; e COSIPREV, 6,33%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme nota 26.5.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

							31/12/2017
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)	(401.464)	(6.627.416)
Valor justo dos ativos do plano	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766	-	7.290.766
(Déficit) excedente no plano	1.004.953	(100.103)	133.505	26.459	1.064.814	(401.464)	663.350
Ajustes de experiência das obrigações do plano	77.495	20.057	6.201	587	104.340	45.622	149.962
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	206.050	19.648	27.580	(916)	252.362	-	252.362

							31/12/2016
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)	(6.702.706)	(98.703)	(6.801.409)
Valor justo dos ativos do plano	4.210.713	1.442.293	1.813.122	27.810	7.493.938	-	7.493.938
(Déficit) excedente no plano	675.645	(50.226)	141.827	23.986	791.232	(98.703)	692.529
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(118.471)	(47.955)	(15.509)	839	(181.096)	(209.639)	(390.735)
Retorno sobre os ativos do Plano maior (menor) que a taxa de desconto	(189.957)	(30.563)	(48.284)	(10.463)	(279.267)	-	(279.267)

26.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
				31/12/2017
Hipóteses atuariais significativas	**PB1**	**PBD**	**USIPREV**	**COSIPREV**
Valor presente da obrigação	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	9,83%	9,83%	9,83%	8,89%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	At-2000 suavizada em 10%	AT-83, suavizada em 10%	AT-2000, suav. 50% (M) e 40%(F)	AT-2000, suavizada 20%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-1983	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina	Não aplicável
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano				
1% de aumento sobre a taxa real	(297.079)	(123.845)	(78.682)	(114)
1% de redução sobre a taxa real	347.349	144.465	95.643	123
Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade				
Desagravada em 10%	98.681	43.323	10.429	(47)

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

26.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício da Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

(i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
(ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
(iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
(iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 11,08% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 11,83% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação atuarial	(401.464)	(345.495)	(401.464)	(349.803)

26.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	369.409	5	281.747	4
Títulos do Governo Federal	3.651.891	50	4.318.270	58
Renda fixa	2.618.965	36	2.466.039	33
Investimentos imobiliários	274.529	4	280.370	4
Outros	375.972	5	147.512	1
	7.290.766	100	7.493.938	100

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$369.409 (31 de dezembro de 2016 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$281.747).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, que totaliza R$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações em 31 de dezembro de 2017	705.260.684	547.740.661	77.763	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(22.366.733)	-	(24.893.389)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	525.373.928	77.763	1.228.185.719

Conforme Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social no montante correspondente de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2017, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).

- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 22.366.733 ações preferenciais Classe A, em tesouraria.

- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.

- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 38).

- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

(i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo credor de R$845.238 (31 de dezembro de 2016 – R$858.620), refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.

(ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor dessa conta totaliza R$906.481 (31 de dezembro de 2016 – R$966.173).

(iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor dessa conta totaliza R$121.788 (31 de dezembro de 2016 – R$133.553).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao exercício de 2017, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício (i)	233.015
Constituição da reserva legal (5%)	(11.651)
Base de cálculo dos dividendos	221.364
Dividendos a pagar	**55.341**
Valor por ação ON	R$0,043211
Valor por ação PN	R$0,047532
Total	**55.341**
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	25%

(i) Lucro líquido da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Dividendos a pagar no início do exercício	139	140	22.001	142
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(1)	(1)	(25.505)	(3)
Juros sobre capital próprio e dividendos declarados	55.341	-	79.148	21.862
Total dos dividendos a pagar no fim do exercício	55.479	139	75.644	22.001

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

Para o exercício de 2016, considerando o prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não foram distribuídos / deliberados dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

28 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	**Operações**
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

							31/12/2017
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	**524.755**	**9.980.280**	**2.496.990**	**287.596**	**13.289.621**	**(2.555.503)**	**10.734.118**
Custo das vendas	(342.908)	(8.488.708)	(2.328.070)	(278.202)	(11.437.888)	2.338.864	(9.099.024)
Lucro (prejuízo) bruto	**181.847**	**1.491.572**	**168.920**	**9.394**	**1.851.733**	**(216.639)**	**1.635.094**
(Despesas)/receitas operacionais	60.430	(497.829)	(99.470)	(62.528)	(599.397)	(151.827)	(751.224)
Despesas com vendas	(31.434)	(155.940)	(46.271)	(12.481)	(246.126)	(4.824)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	(20.015)	(311.420)	(54.017)	(31.975)	(417.427)	13.034	(404.393)
Outras (despesas) e receitas	61.153	(291.463)	818	(18.010)	(247.502)	(3.275)	(250.777)
Participação no resultado de controladas,controladas em conjunto e coligadas	50.726	260.994	-	(62)	311.658	(156.762)	154.896
Lucro (prejuízo) operacional	242.277	993.743	69.450	(53.134)	1.252.336	(368.466)	883.870
Resultado financeiro	38.961	(506.463)	3.286	7.550	(456.666)	(6.254)	(462.920)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	281.238	487.280	72.736	(45.584)	795.670	(374.720)	420.950
Imposto de renda e contribuição social	(51.601)	(99.727)	(22.442)	15.247	(158.523)	52.653	(105.870)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	229.637	387.553	50.294	(30.337)	637.147	(322.067)	315.080
Atribuível aos							
Acionistas controladores	163.225	387.553	34.641	(30.337)	555.082	(322.067)	233.015
Acionistas não controladores	66.412	-	15.653		82.065	-	82.065
Ativos	4.221.699	23.973.135	1.437.086	631.843	30.263.763	(4.279.286)	25.984.477
O total do ativo inclui: Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	396.712	40.832	-	2.571	440.115	-	440.115
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	25.889	227.804	50.882	14.826	319.401	(2.868)	316.533
Passivos circulante e não circulante	581.960	10.146.763	350.593	184.596	11.263.912	(451.261)	10.812.651

	31/12/2016						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	366.144	7.518.356	1.853.499	568.273	10.306.272	(1.852.072)	8.454.200
Custo das vendas	(295.546)	(7.080.057)	(1.730.622)	(529.212)	(9.635.437)	1.668.559	(7.966.878)
Lucro (prejuízo) bruto	70.598	438.299	122.877	39.061	670.835	(183.513)	487.322
(Despesas)/receitas operacionais	230.053	(672.928)	(103.235)	(59.234)	(605.344)	(103.570)	(708.914)
Despesas com vendas	(35.634)	(178.336)	(41.820)	(12.290)	(268.080)	(4.651)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	(19.585)	(261.707)	(55.468)	(31.783)	(368.543)	14.325	(354.218)
Outras (despesas) e receitas	237.684	(437.097)	(5.947)	(15.090)	(220.450)	(4.376)	(224.826)
Participação no resultado de controladas,controladas em conjunto e coligadas	47.588	204.212	-	(71)	251.729	(108.868)	142.861
Lucro (prejuízo) operacional	300.651	(234.629)	19.642	(20.173)	65.491	(287.083)	(221.592)
Resultado financeiro	128.157	(147.102)	3.784	12.586	(2.575)	(27.581)	(30.156)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	428.808	(381.731)	23.426	(7.587)	62.916	(314.664)	(251.748)
Imposto de renda e contribuição social	(128.763)	(233.599)	(10.370)	2.217	(370.515)	45.420	(325.095)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	300.045	(615.330)	13.056	(5.370)	(307.599)	(269.244)	(576.843)
Atribuível aos							
Acionistas controladores	212.602	(615.330)	7.390	(5.370)	(400.708)	(269.244)	(669.952)
Acionistas não controladores	87.443	-	5.666	-	93.109	-	93.109
Ativos	5.004.338	24.126.728	1.398.071	715.780	31.244.917	(4.990.172)	26.254.745
O total do ativo inclui: Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	381.783	71.518	-	2.633	455.934	-	455.934
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	38.156	243.609	32.842	11.193	325.800	(3.463)	322.337
Passivos circulante e não circulante	506.189	10.543.619	352.861	180.328	11.582.997	(519.886)	11.063.111

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

29 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas de produtos				
Mercado interno	11.057.570	8.577.136	11.686.230	9.119.740
Mercado externo	1.345.119	909.357	1.533.157	989.187
	12.402.689	9.486.493	13.219.387	10.108.927
Vendas de serviços				
Mercado interno	7.936	6.513	191.940	552.335
Mercado externo	451	-	451	-
	8.387	6.513	192.391	552.335
Receita bruta	12.411.076	9.493.006	13.411.778	10.661.262
Deduções da receita	(2.433.547)	(1.977.452)	(2.677.660)	(2.207.062)
Receita líquida	9.977.529	7.515.554	10.734.118	8.454.200

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação, amortização e exaustão	(966.188)	(1.011.828)	(1.171.851)	(1.216.491)
Despesas e benefícios a empregados	(851.370)	(761.951)	(1.215.816)	(1.329.214)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(6.123.905)	(4.650.909)	(5.874.055)	(4.546.630)
Despesas com manutenções programadas	(104.193)	(110.020)	(106.468)	(111.190)
Encargos judiciais	(20.741)	(29.904)	(32.002)	(33.546)
Custo de distribuição	(82.443)	(80.495)	(112.446)	(111.192)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	12.339	(127.902)	14.012	(132.821)
Serviços de terceiros	(745.554)	(681.265)	(893.556)	(837.022)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(92.702)	(29.483)	(118.830)	(38.977)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	(1.255)	71.748	(1.183)	71.473
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (*Impairment*), líquidos	(73.010)	(7.277)	(74.892)	343.006
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	237.492	176.299	237.492	176.299
Acordo Porto Sudeste	-	-	205.106	-
Fretes e seguros	(322.005)	(270.991)	(436.603)	(354.388)
Obrigações contratuais (ii)	-	(70.700)	-	(70.700)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)
Perda com adiantamento a fornecedores	-	(37.285)	-	(37.285)
Outras	(273.496)	(388.482)	(399.739)	(527.462)
	(9.423.788)	(8.060.368)	(10.005.144)	(8.818.653)
Custo das vendas	(8.676.104)	(7.200.317)	(9.099.024)	(7.966.878)
Despesas com vendas	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)
	(9.423.788)	(8.060.368)	(10.005.144)	(8.818.653)

(i) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R$33.578 (31 de dezembro de 2016 – R$13.223), o qual está registrado na rubrica de Outros Ativos Circulantes.
(ii) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se à multa por rescisão contratual com fornecedor.

31 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos	(655.925)	(567.838)	(961.618)	(1.048.169)
Encargos previdenciários	(119.885)	(122.482)	(166.264)	(193.561)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480
Abonos	(12.606)	(37.379)	(13.324)	(37.684)
Participação dos empregados nos lucros	(14.514)	-	(22.484)	(10.605)
Custos de planos de aposentadoria	(5.569)	(19.202)	(6.024)	(20.275)
Plano de outorga de opção de ações	(789)	(3.077)	(951)	(3.719)
Outras	(13.580)	(13.794)	(16.055)	(16.681)
	(851.370)	(761.951)	(1.215.816)	(1.329.214)

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(26.943)	(21.556)	(64.659)	(58.887)
Serviços de terceiros	(13.689)	(14.320)	(15.943)	(19.348)
Depreciação e amortização	(3.125)	(3.130)	(4.498)	(4.608)
Custo de distribuição	(82.443)	(80.495)	(112.446)	(111.192)
Comissões sobre vendas	(3.874)	(1.669)	(14.245)	(9.813)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)
Despesas gerais	(9.109)	(6.450)	(14.846)	(6.370)
	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(150.146)	(142.340)	(193.005)	(182.603)
Serviços de terceiros	(62.864)	(53.879)	(89.457)	(81.204)
Depreciação e amortização	(35.589)	(29.221)	(43.985)	(38.391)
Honorários da Administração (i)	(17.055)	5.248	(22.779)	(417)
Despesas gerais	(35.765)	(31.642)	(55.167)	(51.603)
	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)

(i) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se à reversão de honorários da Administração referente ao ano de 2015, conforme Nota 36 (d).

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	363.628	125.038	385.134	144.131
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	237.492	176.299	237.492	176.299
Recuperação de impostos em processos judiciais	19.797	5.817	21.485	6.704
Acordo Porto Sudeste	-	-	205.106	-
Reversão do valor recuperável de ativos (*Impairment*)	-	-	-	357.508
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	8.150	94.120	8.649	94.289
Recuperação de custo	870	25.830	4.800	32.361
Recuperação de despesas	7.415	9.750	8.087	10.385
Aluguel de imóveis	3.641	5.137	4.217	5.516
Receita de vendas diversas	4.425	5.859	5.102	6.950
Projeto Reintegra	25.420	844	25.420	844
Outras receitas	6.278	19.114	10.443	12.750
	677.116	467.808	915.935	847.737
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(317.654)	(243.001)	(335.498)	(265.247)
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	(73.010)	(7.277)	(74.892)	(14.502)
Despesas de equipamentos parados temporariamente	(283.364)	(383.726)	(403.844)	(485.145)
Despesas com reestruturação de operações	-	(3.823)	-	(3.823)
Custo de vendas diversas e fretes	(479)	(11.548)	(911)	(11.582)
Encargos judiciais	(20.741)	(29.904)	(32.002)	(33.546)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(92.702)	(29.483)	(118.830)	(38.977)
Perdas com adiantamento a fornecedores	-	(37.285)	-	(37.285)
PIS e COFINS s/ venda de energia	(33.635)	(9.939)	(35.624)	(11.705)
Pesquisas Tecnológicas	(25.382)	(25.180)	(25.382)	(25.180)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangivel	(9.405)	(22.372)	(9.405)	(22.816)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(14.544)	(7.565)	(22.722)	(11.964)
Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações *(stock options)*	(578)	(2.170)	208	(1.805)
Controle ambiental	(2.149)	(774)	(2.149)	(774)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480
Multa por rescisão contratual	-	(70.700)	-	(70.700)
Ajuste de estoque	(35.929)	-	(35.929)	-
Outras despesas	(29.367)	(15.556)	(40.636)	(38.992)
	(967.441)	(898.482)	(1.166.712)	(1.072.563)
	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)

(i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Juros de clientes	13.856	18.306	21.351	26.093
Receita de aplicações financeiras	80.102	51.069	173.898	147.667
Efeitos monetários	15.730	35.187	35.169	126.554
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS Importação (i)	168.087	156.529	168.087	156.529
Correção dos depósitos judiciais	26.108	34.578	31.612	47.334
Juros sobre créditos fiscais	4.675	7.728	12.003	19.014
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	85.601	110.520	85.601	110.520
Reversão de provisão /atualização depósitos judiciais / redução parcelamento REFIS	18.256	24.045	19.975	24.045
Outras receitas financeiras	36.214	8.137	13.542	13.462
	448.629	446.099	561.238	671.218
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(636.409)	(496.439)	(636.533)	(493.510)
Resultado das operações de s*wap*	6.410	(159.839)	(129)	(302.123)
Efeitos monetários	(100.495)	(251.464)	(116.573)	(273.797)
PIS/COFINS s/ JSCP	(9.336)	(2.905)	(9.336)	(2.905)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(88.258)	(73.057)	(98.241)	(91.782)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(22.115)	(20.605)	(44.255)	(41.771)
Comissões s/ financiamentos e outros	(41.421)	(64.828)	(35.984)	(51.081)
Cessão de crédito	-	-	-	(2.539)
Outras despesas financeiras	(31.636)	(51.184)	(61.506)	(80.964)
	(923.260)	(1.120.321)	(1.002.557)	(1.340.472)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(65.677)	726.054	(21.601)	639.098
	(540.308)	51.832	(462.920)	(30.156)

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (vide Nota 38).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	127.855	105.160	233.015	(383.746)	(286.206)	(669.952)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	524.782.193	1.227.516.221	618.350.466	502.582.330	1.120.932.796
Lucro (prejuízo) por ação em R$ - básico e diluído	0,18	0,20	-	(0,60)	(0,60)	-

35 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R$5.142.574 na Controladora e R$5.303.433 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos segue demonstrada no quadro a seguir.

	Controladora				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	124.220	12.060	-	-	136.280
Com fornecedores	1.258.762	1.901.978	961.121	884.433	5.006.294
	1.382.982	1.914.038	961.121	884.433	5.142.574

	Consolidado				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	139.789	20.350	-	-	160.139
Com fornecedores	994.762	1.748.978	760.121	679.433	4.183.294
Arrendamentos mercantis operacionais	40.000	120.000	120.000	680.000	960.000
	1.174.551	1.889.328	880.121	1.359.433	5.303.433

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R$136.280 na Controladora e R$160.139 no Consolidado e estão destinados à adequação das coquerias da usina de Ipatinga, reformas e melhorias nos altos fornos, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos com fornecedores totalizam R$5.006.294 na Controladora e R$4.183.294 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários e a locação de vagões plataforma. Em 31 de dezembro de 2017, o montante destinado corresponde a R$960.000 no Consolidado apenas.

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2017

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. (“Nippon Usiminas”) (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”)	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	22.366.733	4,08	24.893.389	1,99
Demais acionistas	60.936.868	8,65	403.824.397	73,71	464.761.265	37,10
Total	**705.260.684**	**100,00**	**547.818.424**	**100,00**	**1.253.079.108**	**100,00**

31/12/2016

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. (“Nippon Usiminas”) (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”)	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	23.705.728	4,33	26.232.384	2,09
Demais acionistas	60.936.868	8,64	402.485.402	73,46	463.422.270	36,99
Total	**705.260.684**	**100,00**	**547.818.424**	**100,00**	**1.253.079.108**	**100,00**

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	26.668	-	4.011	14.467	-	4.216
Controladas	136.915	48.584	103.674	151.043	52.864	97.804
Controladas em conjunto	55	126.000	-	42	-	22
Coligadas	16.525	425	-	15.277	2.463	-
Outras partes relacionadas	3.768	-	-	11.349	-	4.370
Total	183.931	175.009	107.685	192.178	55.327	106.412
Circulante	167.931	175.009	53.742	192.178	55.327	46.632
Não Circulante	16.000	-	53.943	-	-	59.780
Total	183.931	175.009	107.685	192.178	55.327	106.412

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	26.668	-	4.011	14.467	-	4.216
Acionistas não controladores	401	-	-	453	-	-
Controladas em conjunto	55	126.000	-	42	-	22
Coligadas	16.592	13.078	-	15.277	2.463	-
Outras partes relacionadas	3.768	-	650	11.349	-	5.020
Total	47.484	139.078	4.661	41.588	2.463	9.258
Circulante	31.484	139.078	1.514	41.588	2.463	5.416
Não Circulante	16.000	-	3.147	-	-	3.842
Total	47.484	139.078	4.661	41.588	2.463	9.258

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	89	18.184	162.673	144	16.939	167.987
Controladas	33.793	78.751	-	106.087	74.504	1.224.608
Controladas em conjunto	33.215	-	-	52.994	-	-
Coligadas	1.494	-	-	2.578	-	-
Outras partes relacionadas (i)	368.470	-	-	588	-	-
Total	437.061	96.935	162.673	162.391	91.443	1.392.595
Circulante	437.061	17.000	358	162.391	15.325	25.769
Não Circulante	-	79.935	162.315	-	76.118	1.366.826
Total	437.061	96.935	162.673	162.391	91.443	1.392.595

(i) Em 31 de dezembro de 2017, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	392	18.184	162.673	636	16.965	167.987
Acionistas não controladores	-	16.604	-	-	22.364	-
Controladas em conjunto	33.215	834	-	53.493	-	-
Coligadas	36.586	143.905	-	2.815	184.123	-
Outras partes relacionadas (i)	368.470	-	-	588	1	-
Total	438.663	179.527	162.673	57.532	223.453	167.987
Circulante	438.663	38.646	358	57.532	70.184	381
Não Circulante	-	143.170	162.315	-	153.269	167.606
Total	438.663	181.816	162.673	57.532	223.453	167.987

(i) Em 31 de dezembro de 2017, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, conforme apresentado na Nota 20, está registrado empréstimo com a controlada Usiminas Commercial no montante de R$1.224.608. Em 31 de dezembro de 2017 o referido contrato foi extinto e, portanto, não há saldo contábil. Em termos consolidados, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R$162.673 (31 de dezembro de 2016 - R$167.987).

(c) Resultado

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	207.035	4.715	(10.885)	239.981	7.002	29.695
Controladas	2.922.662	464.174	(78.347)	2.141.874	349.117	128.437
Controladas em conjunto	-	406.260	2.636	13	317.223	(2.711)
Coligadas	18.111	140.354	-	25.492	118.153	-
Outras partes relacionadas (i)	125.053	1.086.288	(540)	47.304	133.939	(4.869)
Total	3.272.861	2.101.791	(87.136)	2.454.664	925.434	150.552

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	207.035	4.715	(10.867)	274.405	9.926	27.249
Acionistas não controladores	401	9.243	-	4.003	-	-
Controladas em conjunto	2.173	411.124	2.636	1.844	322.141	(2.711)
Coligadas	18.755	236.805	(22.140)	25.698	188.432	(21.166)
Outras partes relacionadas (i) (ii)	125.192	1.086.288	(1.146)	124.133	133.939	(7.226)
Total	353.556	1.748.175	(31.517)	430.083	654.438	(3.854)

(i) Em 31 de dezembro de 2017 o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a vendas da Usiminas S.A. para o cliente Nippon Corporation, no valor de R$65.362.
(ii) Em 31 de dezembro de 2017, do total de compras apresentado, o montante de R$874.232 refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	11.067	12.007
Encargos sociais	2.256	2.214
Planos de aposentadoria	45	256
Provisão (reversão) de remuneração variável	3.687	(19.725)
	17.055	(5.248)

Em 2016, foi revertido ao resultado o montante de R$19.725 referente ao excesso de provisão para honorários e encargos sociais, que totalizaram R$15.552 e R$4.173, respectivamente. A despesa, líquida da reversão do período, está registrada na demonstração do resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R$13.156 (31 de dezembro de 2016 – R$14.959).

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações, que totalizou R$212 em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – R$907), conforme descrito na Nota 38.

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Siderar.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização nas Usinas de Ipatinga e Cubatão.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletrogalvanized e Usiminas Galvanized, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).

- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.

Adicionalmente, a controlada Mineração Usiminas realiza operações de venda de minério de ferro e compra de serviços portuários com a CSN.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração.
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US$12.002.992 mil (31 de dezembro de 2016 – US$15.193.325 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (All Risks) com limite máximo de indenização de US$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a franquia máxima para danos materiais era de US$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2018.

38 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

(i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.

(ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários ("Participantes") da Companhia, mediante "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações", possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				13.729.052	1.000.026	14.729.078

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 4,83	R$ 5,07	R$ 5,27
Preço da ação	R$ 11,45	R$ 11,45	R$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R$ 11,98	R$ 11,98	R$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 4,06	R$ 4,32	R$ 4,61
Preço da ação	R$ 10,38	R$ 10,38	R$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R$ 10,58	R$ 10,58	R$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 5,87	R$ 6,30	R$ 6,58
Preço da ação	R$ 11,88	R$ 11,88	R$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R$ 11,47	R$ 11,47	R$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 2,66	R$ 2,85	R$ 3,02
Preço da ação	R$ 5,70	R$ 5,70	R$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R$ 6,14	R$ 6,14	R$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação das opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Programa			Programa		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Opções:						
Em aberto no início do exercício	3.514.643	1.414.677	1.204.548	4.633.880	1.746.706	1.558.472
Exercidas durante o exercício	(1.312.493)	-	-	-	-	-
Canceladas durante o exercício	(380.275)	(172.672)	(165.078)	(1.119.237)	(332.029)	(353.924)
Em aberto no fim do exercício	1.821.875	1.242.005	1.039.470	3.514.643	1.414.677	1.204.548

Em 31 de dezembro de 2017, o impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado consolidado, totalizou despesa de R$951 (31 de dezembro de 2016 - R$3.719). Foi ainda revertido o montante de R$6.708 à conta de "Lucros (prejuízos) acumulados" em decorrência de cancelamentos e do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2017 (31 de dezembro de 2016 - R$6.600). Desta forma, o impacto nas reservas de capital constituídas pela da Companhia foi de R$5.757 (31 de dezembro de 2016 - R$2.881).

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o período de carência (*vesting period*) dos programas vigentes, todas as despesas previstas foram integralmente apropriadas.

39 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

		Controladora		Consolidado	
Ativos em garantia	Passivos garantidos	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.000	40.000	40.000	40.000
Estoques	Processos judiciais	118.253	95.577	118.253	95.577
Imobilizado	Processos judiciais	693.156	789.327	747.390	839.820
Imobilizado (i)	Empréstimos e financiamentos	3.990.612	4.503.801	4.012.674	4.525.862
		4.842.021	5.428.705	4.918.317	5.501.259

(i) A Companhia possui bens patrimoniais, avaliados a valor de mercado, em garantia de dívida junto a Previdência Usiminas referente ao plano de aposentadoria PBD, conforme apresentado na Nota 26.2.

40 Transações de investimentos sem efeito de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa na Controladora e no Consolidado, sendo as principais as seguintes: (i) redução de capital na controlada Usiminas Mecânica S.A. no montante de R$57.866, cuja contrapartida foi o recebimento de créditos de ICMS no montante de R$42.492 e de itens de estoque e imobilizado no montante de R$15.374; (ii) redução de capital na controlada no exterior Usiminas Europa A/S, cuja contrapartida foi o recebimento dos títulos *Eurobonds* emitidos por outra controlada no exterior, Usiminas Commercial Ltd., classificados na Controladora como Títulos e valores mobiliários, no montante de R$786.138; (iii) transferência de peças e sobressalentes classificados originalmente nos estoques para o ativo imobilizado no montante de R$4.803; (iv) baixa de dividendos a receber de períodos anteriores da coligada Codeme Engenharia S.A. no montante de R$2.356 em contrapartida de investimentos; (v) juros e encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados no ativo imobilizado no montante de R$7.613; e (vi) compensação de depósitos judiciais em contrapartida de provisão para demandas judiciais no montante de R$36.463.

41 Evento subsequente

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida (“*Eurobonds*”) originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US$400 milhões aos detentores destes *Eurobonds*. Deste montante, cerca de US$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação descrita na Nota 9 - Títulos e valores mobiliários e na Nota 20 (e) - Empréstimos e financiamentos.

Conselho de Administração

Elias de Matos Brito
Presidente

Francisco Augusto da Costa e Silva
Conselheiro

Gesner José Oliveira Filho
Conselheiro

Guilherme Poggiali Almeida
Conselheiro

Ichiro Sato
Conselheiro

Kazuhiro Egawa
Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Ricardo Antonio Weiss
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Wanderley Rezende de Souza
Conselheiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Evangelista de Lima
Presidente

Domenica Eisenstein Noronha
Conselheira

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Masato Ninomiya
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Diretoria Executiva

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e (iii) Destinação dos Resultados de 2017, incluindo o orçamento de capital e a data para pagamento dos dividendos (30 de maio de 2018). Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (PwC) sem ressalvas, emitido em 08 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Paulo Roberto Evangelista de Lima
Presidente

Domenica Eisenstein Noronha

Lúcio de Lima Pires

Masato Ninomiya

Paulo Frank Coelho da Rocha

USIMINAS

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO DE 2017

(Art. 192 da Lei 6.404/76)

	Em milhares de reais
Lucro líquido do exercício	**233.016**
Constituição da reserva legal (5%)	(11.651)
Base de cálculo dos dividendos	**221.365**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	55.341
Proposta de distribuição do resultado do exercício	
Reserva legal (Art. 193 da Lei 6.404/76)	11.651
Dividendos propostos (Art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 24 do Estatuto Social)	55.341
Reserva p/ investimentos (Art. 196 da Lei 6.404/76 e art. 24 do Estatuto Social)	166.024
Total	**233.016**

Distribuição de dividendos propostos

Classe	R$ por ação	R$ mil
Valor por ação ON (R$)	0,043210713	30.366
Valor por ação PN (R$)	0,047531784	24.976
		55.341

Os dividendos propostos serão pagos em 30 de maio de 2018 para os titulares de ações da Companhia em 25 de abril de 2018.

ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2018 - Custeado pela retenção dos resultados de 2017

Em milhares de reais

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Substituição dos Staves do Alto Forno #3 Ipatinga (2ª troca)	55.622
Retorno do Alto Forno #1 Ipatinga	41.012
Adequações das Salas Elétricas	30.209
Modernização PE02 Alto Forno #2	13.426
Sustaining (*)	25.755
Total	**166.024**

(*) Investimentos para manutenção da capacidade produtiva.

(Tradução Livre – Original em Inglês – Apenas para referência)

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada no escritório da Companhia, em São Paulo/SP, Av. do Café, 277, torre A, 9º andar, Jabaquara, no dia 07 de fevereiro de 2018, às 10:00 horas.

Presenças: Hironobu Nose - Coordenador do Comitê. Demais membros: Wanderley Rezende de Souza, Marcelo Hector Barreiro e Glauco Sabatini Bodini (por email).

Estiveram também presentes os senhores Shun Sasaki e Hiroaki Miyanishi, como assessores do Coordenador; Fábio Abreu e Fabiana Ximenes, como representantes dos Auditores Independentes (PwC); Julio Mendez Arroyo, Adriane Vieira Albuquerque, Lucas Marinho Sizenando Silva, Eduardo Moreira Pereira e José Junior, como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Ana Cristina Albuquerque, Alvaro Igrejas e Eduardo Burlamaqui de Mello, como representantes da Willis Towers Watson; Andre Vitoria, como representantes da Auditoria Interna da Usiminas; César Augusto Espíndola Bueno, como representante do Departamento de TI; e Bruno Lage de Araujo Paulino, como Gerente Geral Jurídico e Secretário.

Ordem do Dia:

I – Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e Destinação dos Resultados de 2017 - O Comitê revisou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido; o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a proposta de destinação dos Resultados de 2017 (incluindo o Orçamento de Capital) e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração, conforme material disponível no Portal do Comitê (tal como ajustados durante a reunião).

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes e do secretário. São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.

Hironobu Nose
Coordenador

Wanderley Rezende de Souza **Marcelo Hector Barreiro**

Glauco Sabatini Bodini

Bruno Lage de Araujo Paulino
Secretário

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2018.

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2018.

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo